

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES QUE
TIVERAM UM FILHO VÍTIMA DE INCESTO**

LILIANE MARIA MARTINS DE BARROS MELO

Prof^ª. Orientadora: Dr^ª. MARIA CRISTINA LOPES DE ALMEIDA AMAZONAS

Recife
2008

LILIANE MARIA MARTINS DE BARROS MELO

**PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES QUE
TIVERAM UM FILHO VÍTIMA DE INCESTO**

Dissertação desenvolvida na linha de pesquisa: Família e Interação Social, apresentada ao programa de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, pela mestrande Liliane Maria Martins de Barros Melo, como parte do requisito à obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

Recife
2008

M528p

Melo, Liliâne Maria Martins de Barros

Parentalidade e conjugalidade : a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto / Maria Martins de Barros Melo ; orientador Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, 2008.

117 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2008.

1. Psicologia clínica. 2. Crime sexual contra crianças. 3. Incesto. 3. Perversão sexual - Aspectos psicológicos. 4. Violência familiar. 6. Psicanálise. 7. Pais e filhos. I. Título.

CDU 159.964.2

LILIANE MARIA MARTINS DE BARROS MELO

**PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES QUE
TIVERAM UM FILHO VÍTIMA DE INCESTO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Maria Cristina L. de Almeida Amazonas
(Orientadora – UNICAP)

Prof^a Dr^a Cristina Maria de S. Brito Dias
(UNICAP)

Prof^a Dr^a Symone Fernandes de Melo
(UFRN)

Recife
2008

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive apenas agüenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

(Milton Nascimento)

Na canção, o poeta fala de mulheres. São Marias, diversas. Dedico às nossas colaboradoras.

Dedico este trabalho aos meus filhos Lucas e Pedro, presentes preciosos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a.Dr^a. Cristina Amazonas, pelo incentivo, disponibilidade, rigor, escuta, carinho, atenção e amizade. Nos encontros e desencontros de idéias, a troca que fortaleceu o nascimento de outras possibilidades de caminhos. Minha gratidão, carinho e amizade.

À Prof^a Dr^a Albenise Lima, pelo incentivo, carinho, apoio e sugestões. A minha gratidão e carinho.

À Prof^a Dr^a Cristina Brito, pelas preciosas sugestões. Minha admiração e carinho.

A todos os professores do mestrado que nas salas de aulas ou nos corredores trouxeram contribuições ao meu aprendizado.

Aos colegas que caminharam comigo e compartilharam alegrias e tristezas, certezas e dúvidas. Bonitas lembranças.

A Augusto Melo, sobrinho querido, pelo apoio e amizade de sempre. Suas preciosas colaborações foram determinantes na construção deste trabalho.

À Nara Melo, sobrinha querida, pelo carinho, apoio e amizade que só fez crescer nessa caminhada. Momentos divididos e dúvidas acolhidas com tanto carinho. Minha gratidão e amizade.

À amiga Cleide Paixão, pela paciência da escuta em momentos de dúvida e apreensão.

À querida Ladjane Silva, fiel colaboradora, pelo carinho.

À amiga Kátia com quem caminhei na escuta de tanto sofrimento de crianças e famílias.

Aos meus amigos, colegas de consultório, Glaudston Lima, Thelma Torres e Anderson Duarte, pela escuta, carinho e incentivo.

Aos funcionários da UNICAP, pela gentileza no atendimento.

À coordenação do CENDHEC, pela atenção e disponibilidade.

Às mulheres/mães que fizeram parte do meu atendimento no CENDHEC e dessa forma colaboraram para o surgimento das minhas inquietações.

Às mulheres que foram as colaboradoras da pesquisa, pela confiança: a base da construção deste trabalho. Com gratidão pelo privilégio de terem partilhado comigo sentimentos tão fortes.

Aos meus pais Eugênio e Josenete (em memória), pelo carinho no meu início de vida, pelo incentivo que me deram, pelo amor oferecido.

RESUMO

Este estudo pretendeu compreender como são vivenciadas a parentalidade e a conjugalidade na experiência de mulheres/mães cujos companheiros praticaram abuso sexual incestuoso em relação aos seus filhos/as. A metodologia utilizada foi qualitativa. Como instrumentos para a coleta de informações, construímos um “álbum” de fotografias que serviu como estímulo para introduzir, junto às colaboradoras, um assunto tão difícil para quem viveu a dor de tal experiência. Acrescentamos uma entrevista semidirigida, como meio de focarmos os conteúdos relacionados aos nossos objetivos. Procuramos observar as formas como essas mulheres/mães se relacionam com os seus companheiros e com os/as filhos/as vítimas do abuso sexual incestuoso. Os resultados mostram que existe um ideal de família que se constituía de pai, mãe e filhos, que se quebra com a revelação do abuso sexual incestuoso. Podemos constatar que a violência perpassa as relações conjugais antes da revelação do incesto, expressando-se no domínio do companheiro sobre essas mulheres de modo mais explícito com agressões físicas, controle econômico ou ainda, mais sutilmente, através de um ciúme possessivo. A conjugalidade é idealizada como relação de afeto, companheirismo e respeito. Essa relação foi repensada após a revelação do abuso sexual incestuoso. Na experiência da parentalidade, verificamos, em nossas análises, a ocorrência, no exercício e na prática, de relações de amorosidade entre mães e filhos e essas relações passaram a se estabelecer de modo difícil em função das novas circunstâncias suscitadas, a partir da revelação de práticas abusivas. Em todas as mulheres entrevistadas, constatamos o exercício e a prática da parentalidade como relação de afeto, sobrepondo-se às situações adversas vividas por elas, cuja maternidade representa um valor na constituição de suas identidades. Consideramos a importância desse estudo para enfatizar a necessidade de consolidação das políticas públicas já existentes e, também, da sociedade civil no sentido de incluir, no atendimento a vítimas de abuso sexual, um espaço de acolhimento a essas mulheres/mães que denunciam os seus companheiros e passam a ter uma vida de privações no âmbito emocional, afetivo e econômico-material.

Palavras-chave: família, mulher, abuso incestuoso.

ABSTRACT

This study is focused on trying to understand the experience of parenthood and conjugality lived by some women/mothers who have had their own men and kids involved in incestuous relations. The methodology used here was the qualitative one. To collect the information/data needed, it was created a “scrapbook”. This “photography album” was developed in order to help introduce the sexual abuse issue to the women who have agreed to talk about and share this family drama they have all been through. Attempting to approach whatever subjects that could be possibly related to the purposes of this work, it was also added a semi-guided interview. We tried to observe the various ways these women/mothers react whenever having their children sexually abused by their own men, as well as the kind of relationship they keep with these men/aggressors. The results go to show that there is an “ideal” concept of family: dad, mom and kids living altogether. This “ideal” concept, however, is left behind as soon as the incestuous abuse situations are revealed. We were able to confirm that domestic violence is also a very important part of this whole perversion process (and when it comes to conjugal relationships, it can be expressed in many different ways, such as: physical aggressions, economic subordination or even possessive jealousy). Conjugality is commonly idealized as a relation of affection, companionship and respect. But this kind of perception changes as the incestuous abuse cases are uncovered. Inside the the parenthood experience itself, our analysis could verify that there are genuine love bonds between these moms and their children. These love bonds, inevitably, tend to become more fragile (or even break) as a result of whatever new circumstances that might appear once the incestuous perversion is revealed. All women interviewed here expressed the practice of parenthood as an affection relation, which seemed to be strong enough to overcome each and every adversity they have experienced. To these women, motherhood itself represents a very important basis used to consolidate their own identities. We understand that this work is relevant to help emphasize our society needs in terms of public administration and management. We also expect this study can contribute to stimulate the institutions and centers which support victims of sexual abuse to offer some sort of aid to all those who have been involved in situations of incestuous perversion (including the women and mothers who decide to denounce their men, once this being done, they are the ones who have their lives entirely changed – emotionally, affectively and economically speaking).

Key-words: family, woman, incestuous abuse

RESUMEN

Este estudio ha tenido como objetivo comprender cómo son vivenciadas la relación entre parientes y entre parejas en la experiencia de mujeres/madres cuyos compañeros han practicado el abuso sexual incestuoso en relación a sus hijos/hijas. La metodología utilizada ha sido la metodología cualitativa. Como herramientas para la cosecha de informaciones, ha sido construido un “álbum” de fotografías que ha servido como estímulo para introducir, junto a las colaboradoras, un tema tan difícil para quien vive el dolor de tal experiencia. Súmase a ello una entrevista semi-dirigida, como medio de enfocar los temas relacionados a nuestros objetivos. Fueran observadas las formas como estas mujeres/madres se relacionaban con sus parejas y con sus hijos/hijas víctimas del abuso sexual incestuoso. Los resultados muestran que existe un ideal de familia, constituida de padre, madre e hijos, que se rompe con la revelación del abuso sexual incestuoso. Así se puede constatar que la violencia se presenta en las relaciones matrimoniales antes de la revelación del incesto, manifestándose en dominio del compañero sobre las mujeres de modo más explícito con agresiones corporales, control económico o, más sutilmente, a través de celos demasiados. La relación matrimonial es idealizada como relación de afecto, compañerismo y respeto. Sin embargo, esa relación es repensada después de verificado el abuso sexual incestuoso. En la experiencia entre parientes se ha verificado en nuestros análisis la ocurrencia, en ejercicio y en la práctica, de relaciones amorosas entre madres e hijos, y esas relaciones se han pasado a entablar de modo difícil en el decurso de las nuevas circunstancias causadas a partir de la revelación de prácticas abusivas. Se ha constatado en las mujeres entrevistadas el ejercicio y la práctica de algo afectuoso en relación a sus parientes, sobreponiéndose a las situaciones adversas vividas por esas mujeres cuya maternidad representa un valor en la constitución de sus identidades. Consideramos la importancia de ese estudio para enfatizar la necesidad de consolidación de las políticas públicas ya existentes y, también, de la sociedad civil en el sentido de incluir en la atención a las víctimas de abuso sexual, un local de acogimiento a esas mujeres/madres que denuncian a sus parejas y pasan a tener una vida de privaciones en el ámbito emocional, afectivo y económico-material.

Palabras-clave: familia, mujer, abuso incestuoso

SUMÁRIO

A ESCOLHA DO TEMA: a prática clínica com crianças que sofreram abuso sexual incestuoso	12
1. FAMÍLIA E INCESTO	17
1.1 Família: o que pensar sobre essa instituição	17
1.2 A família: como conceituá-la.....	18
1.3 O incesto: um tema primordial.....	21
2. CONJUGALIDADE	35
2.1 Eros e Psiquê: a idéia do amor nas relações entre homens e mulheres.....	35
2.2 O movimento feminista e a idéia de conjugalidade.	37
2.3 Refazendo caminhos com novos aprendizados.....	41
3. PARENTALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE SER PAI E DE SER MÃE.....	44
3.1 O início da construção de uma relação.	44
3.2 As relações parentais em outros tempos da história.....	46
3.3 Parentalidade: o que podemos entender nessas idéias em relação às construções vinculares.....	51
4. UM DESAFIO: A ESCOLHA DE UM CAMINHO	54
4.1 Nosso tema e local da pesquisa.....	55
4.2 Nossas colaboradoras.....	56
4.3 Instrumentos.....	58

4.4 Procedimento de coleta de dados	60
4.5 Procedimento de análise dos dados	62
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
5.1 Concepção de família.....	64
5.1.1 As famílias idealizadas pelas mulheres/mães.....	64
5.1.2 Sentimentos que refletem a dor vivida pelas mulheres/mães, diante da revelação do abuso sexual incestuoso	72
5.2 Conjugalidade	81
5.2.1 Pensando a conjugalidade em mulheres cujos companheiros praticaram o abuso sexual incestuoso.....	81
5.3 Parentalidade: O que significa para essas mulheres ser pai e ser mãe.....	89
5.3.1 Nas lembranças das relações dos pais com as crianças, tempos que pareciam ser bons.....	90
5.3.2 As relações com os seus filhos/as antes do incesto	96
5.3.3 As relações com os seus filhos/as as depois da revelação do abuso sexual incestuoso.....	97
AO FINAL, UMA POSSIBILIDADE DE COMEÇAR DE NOVO	101
REFERÊNCIAS	106

ANEXOS

O álbum de fotografias

Aprovação pelos comitês científico e de ética

Termo de consentimento livre e esclarecido

A ESCOLHA DO TEMA:

A prática clínica com crianças que sofreram abuso sexual incestuoso

A crescente quantidade de denúncias sobre violência sexual, praticada contra crianças e adolescentes, vem suscitando discussões sobre o tema e expressa a indignação com a forma como alguns adultos vivem a sua sexualidade, colocando a criança ou o adolescente como parceiro desses relacionamentos; uma experiência genitalizada ou erotizada entre o adulto e a criança.

Ocasiona maior perplexidade constatar que tais práticas relacionais são mais freqüentes nos espaços internos familiares. Em entrevista concedida ao jornal “Diário de Pernambuco” (01/09/2007), a Delegada Dr^a. Inalva Regina Cavendish, da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA) se refere aos dados sobre as denúncias realizadas na Delegacia, e afirma que 90% dos casos de violência sexual contra a criança têm uma pessoa da família como agressora. Ela diz: “Os parentes se aproveitam da aproximação com a vítima e acabam cometendo o abuso”. Estudiosos sobre o assunto e Instituições que atendem crianças e adolescentes, vítimas deste tipo de crime, constatam que o maior número de agressores é o pai biológico ou pessoas do sexo masculino que exercem o papel de pai. Esse tipo de crime se denomina “crime contra os costumes” e é passível de medidas jurídicas que incluem a pena do réu, se comprovada tal ocorrência. Diante dos fatos, as mulheres/mães apresentam diversas formas de reação, expressando sentimentos ambivalentes que representam o estado psicológico em que se encontram, sobretudo quando são as denunciadas dos companheiros. Isto pode ser observado com maior freqüência nos espaços de atendimento a vítimas,

quer sejam Organizações Governamentais ou Organizações Não Governamentais. (RANGEL, 2001, CENDHEC, 2002).

Em algumas circunstâncias, a mãe da criança (ou adolescente) a culpa pela violência que ela própria sofreu. Outras vezes, essa mãe realiza um “pacto de silêncio” com o companheiro agressor e, apesar de todas as evidências, parece nada perceber. Consideramos que o abuso sexual, quer seja incestuoso ou não, é sempre uma forma de violência contra a criança/adolescente e requer a denúncia como medida de proteção e coerção à prática delituosa como reza o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, (lei nº 8.069/90).

A mulher que chega a um Centro de Defesa de Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Conselho Tutelar, ou qualquer outra instituição procurada para uma denúncia, acredita que está cumprindo o seu compromisso afetivo com o filho/a e que é isso que esperam dela socialmente. Em um primeiro momento, geralmente elas expressam perplexidade, indignação e sentimentos de revolta que mobilizam e emocionam profissionais, muitas vezes experientes, levando-os a refletir sobre o assunto e a se indignar com o tema. São mulheres que choram pelo sofrimento de seus filhos/as.

Presenciei, durante cinco anos em que atendi vítimas de violência sexual -- crianças e adolescentes – em um Centro de Defesa de Direitos Humanos – CENDHEC (em Recife), o relato de diversas histórias de dor que pareciam, em muitas situações, não cessar nunca. Em uma dessas ocasiões, a fala de uma mulher/mãe em especial, me inquietou e me fez pensar mais do que habitualmente fazia. Uma história entre muitas e que foi contada em um momento de denúncia dos quais participavam um/a advogado/a, um/a assistente social e eventualmente, um/a

psicólogo/a. Essa mulher/mãe veio para o atendimento de orientação, em virtude de seu marido, pai de duas filhas suas ambas adolescentes, ter mantido relações incestuosas com ambas as filhas. Denomina-se a essa forma de abuso sexual de “abuso em série”. Esse tipo de abuso é assim identificado, quando em um mesmo espaço de relações familiares, duas ou mais crianças são abusadas sexualmente (PIZÁ; BARBOSA, 2004, RANGEL, 2001). Essa mulher entrou na sala, olhou para mim, tirou um álbum de fotografia da bolsa e abriu. Disse que queria me mostrar e eu olhei. Ali estavam registros de uma família que parecia feliz. Eram fotografias da família em passeios, em casa, com outras pessoas da família ou com amigos. Olhamos o álbum juntas e no final ela me disse emocionada: “Eu queria que a senhora me explicasse o que é isso, o que foi que aconteceu. Como eu não pude notar nada?”

Fui tocada por uma forte emoção ali diante daquela mulher que expunha uma dor imensurável e uma dignidade que se expressava na busca de justiça para as suas filhas. Passei então a refletir com mais intensidade sobre as diversas formas de relações familiares existentes e questionar a minha própria prática profissional. Pensava então: que família é essa? Que família permite ou possibilita, nas suas relações, a ocorrência da experiência abusiva, incestuosa da qual são vítimas crianças e adolescentes?

Esses questionamentos me impulsionaram a desenvolver esta pesquisa. Minha intenção foi tentar compreender melhor essa realidade familiar de modo a oferecer subsídios aos profissionais que atuam junto às mulheres/mães dessas crianças/adolescentes, para auxiliá-las a minimizar o sofrimento causado por tal situação.

Compreender a experiência da conjugalidade e da parentalidade nessas famílias, a partir da perspectiva dessas mulheres, passou a ser a minha preocupação de pesquisa.

Para lograr meus objetivos busquei realizar um levantamento bibliográfico acerca da família, sua história e de como o incesto se insere neste contexto ao longo da trajetória dessa instituição. Consideramos que as idéias de Lévi-Strauss acerca desse tema são de importância fundamental para quem deseja refletir sobre a questão na sociedade atual. Mas outros autores, tais como, Morgan, Canevacci e Freud, entre outros que realizaram seus estudos sobre o desenvolvimento da instituição familiar, também foram considerados neste levantamento bibliográfico.

Em seguida, minhas leituras caminharam por autores que tratam das questões ligadas à conjugalidade e, como, a partir desta, vai se constituir uma parentalidade (JULIEN, 1997). Para falar da conjugalidade, iniciei recuperando a trajetória do movimento feminista com a colaboração de Butler (2003), Badinter, (2005), Louro (2004) entre outras autoras. Quanto à parentalidade, fiz uma breve retrospectiva sobre a história da criança (ARIÈS, 1981; DEL PRIORE, 2004) e discuti o momento em que um indivíduo se torna pai e/ou mãe, como sendo um marco fundamental na vida de homens e mulheres, assim como na da criança que é colocada no lugar de filho. Neste sentido, lancei mão de autores como, Julien (1997) Amazonas e Braga (2006) Solis-Ponton (2004), Houzel (2004), entre outros.

Quanto à pesquisa de campo, procurei trilhar um caminho que favorecesse a reflexão sobre essas questões e, assim, adotei uma metodologia qualitativa. Para abordar a temática com as colaboradoras, construí um “álbum” de fotografias de famílias em diversas situações do cotidiano. Esse material me permitiu introduzir o tema e levá-las a expressar seus sentimentos, de forma mais livre. Em um segundo

momento, utilizei uma entrevista semi-estruturada e, desse modo, foi possível focar meus objetivos. Os dados coletados foram submetidos à Análise de Conteúdo.

No capítulo que trata dos resultados, três temas se salientaram: 1) a concepção de família; 2) como é vivida esta conjugalidade e, 3) como é exercida a parentalidade nestas famílias investigadas. Por fim, tecei as considerações finais apresentando uma síntese dos conteúdos que prevaleceram entre as narrativas das colaboradoras, sem me descuidar de enfatizar suas singularidades.

É importante salientar que o trabalho de escrita da dissertação não foi linear. À medida que avançava na leitura das entrevistas, novas revisões bibliográficas se faziam necessárias, de modo que os capítulos teóricos somente foram definitivamente delineados depois de caminhar na análise das narrativas das colaboradoras. Assim, ao final, pude entrelaçar o que havia contemplado na teoria com o que emergiu dos dados.

1. FAMÍLIA E INCESTO

1.1 Família: o que pensar sobre essa instituição?

O que podemos dizer acerca de uma instituição que tem se transformado de múltiplas maneiras, através da história?

Autores como Narvaz e Koller (2006) referem que o “*pater familiae*” teve a sua origem, como instituição, na Roma Antiga. A família girava em torno do homem, a quem era deferida a autoridade máxima superveniente ao próprio Estado e à lei. O patriarca, senhor absoluto, detinha o “direito de vida e de morte” sobre todos que compunham esse grupo: a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos. Ele podia vender ou trocar seus componentes da forma que melhor entendesse.

Esse tipo de relação patriarcal foi objeto de estudos feministas que o tomaram como referência de representação de família que coloca os seus participantes em lugares fixos e papéis determinados. À mulher cabia uma posição subalterna em relação ao homem. Com o retraimento do patriarcado, a partir de 1900, podemos observar, mesmo considerando-se as diferenças na cronologia de uma região para outra e entre as diversas camadas sociais, mudanças mais significativas nessas relações (AMAZONAS; BRAGA, 2006). Assim sendo, as mudanças efetivadas acarretaram formas de relacionamentos diferentes do que se vivia anteriormente, de acordo com as especificidades das sociedades nas quais essas mudanças ocorreram.

No século XVIII, a criança passa a ocupar um lugar de destaque na família e as próprias mães começaram a se encarregar da primeira educação dos filhos. Ainda nesse século, enfatizou-se de forma contundente a importância da maternidade e do que viria a ser a função preponderante da mulher, enaltecida como papel nobre na

família. Era a família nuclear burguesa; ela tornou-se uma forte referência e influenciou as diversas organizações familiares que surgiram posteriormente. Nessa época, a família voltava-se mais para a intimidade da casa e, assim, se dava uma maior ênfase a essas relações (BADINTER, 1985). No final do século XIX e início do século XX, a sociedade começou a dispensar uma atenção e vigilância especial ao corpo, às questões ligadas à sexualidade e à família. O casal era dono da casa e atendia às orientações do saber médico que postulava o que viria a ser adequado ou não a um melhor desenvolvimento da criança. Esta passou a ter um lugar privilegiado dentro da família, reafirmando a emergência do “sentimento de família” (ARIÈS, 1981).

Podemos pensar que, na atualidade, não existe a família, mas famílias.

Conforme afirmam Amazonas e Braga (2006, p. 179):

(...) apesar de todas essas transformações acontecidas no interior da família, podemos dizer que ela ainda se mantém idealizada e desejada por todos. A família, não importa a configuração que assuma, continuará a existir, pois é o que pode assegurar à criança, aos novos sujeitos que se apresentam ao mundo, o direito ao amor, ao acolhimento no mundo humano e à palavra.

1.2 A família: como conceituá-la

Sarti (1995, p.132), afirma que “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas”. Essa afirmação já fornece subsídios que indicam a dificuldade de conceituação do agrupamento familiar. Amazonas e Braga (2006, p.177) afirmam que “ao falar da família, o mais adequado seria nos referir a uma trans-historicidade do laço familiar ao invés de uma “eternidade” da família. Nunca existiu “a família” e, hoje, principalmente, o que há são “famílias”.

As transformações sócio-econômicas e culturais pelas quais o mundo está passando influenciam a família. Nunca se conviveu com tantas diferenças. São

inúmeras as formas de agrupamento familiar. Há famílias monoparentais originadas por divórcios, provenientes de inseminação artificial e de maternidade adolescente; famílias de homossexuais, famílias de recasados e outras formas de família têm surgido fornecendo novos dados sobre a definição da família e das interações entre seus membros.

Luis Carlos Osório, concorda com a opinião de que não há um conceito unívoco para a família. Sobre a complexidade de conceituação da família diz (1996, p.14):

A família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pelas famílias através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.

Examinando a literatura chega-se à conclusão de que conceituar a família não é uma tarefa simples. Mesmo se este agrupamento fosse considerado num dado momento histórico ter-se-ia dificuldade de defini-lo devido a suas variadas formas de apresentação.

O mesmo pode ser dito quando nos referimos à família brasileira. A este respeito, Cervený (1994, p.20) afirma que existe:

Dificuldade de conceituar a família brasileira, visto que os estudos históricos sobre o assunto mostram que sob a denominação de família, existe uma pluralidade de composições que incluem laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, família conjugal extensa, núcleo doméstico e família não legitimada juridicamente, entre outras.

Segundo Bucher (1999, p.83) a família “é uma conquista cultural, inserida em uma dimensão histórica de construção ao longo dos séculos e, em conseqüência, atravessando mudanças”. Esta autora, assim como todos os demais que aqui

analisamos, não concebe a família como fenômeno natural, eterno e imutável e sim como um fenômeno social.

Há inúmeras outras definições de família. Ferreira (1986, p. 563) conceitua a família “pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem ou admitidos por adoção”.

Soifer (1989, p.22) amplia a definição de Ferreira e caracteriza a família como:

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidos (ou não) por laços consangüíneos. Este núcleo, por seu turno, se acha relacionado com a sociedade, que lhe impõe uma cultura e ideologia particulares, bem como recebe dele influências específicas.

Para Andolfi (1984, p.18):

A família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes.

Andolfi percebe que as mudanças ocorridas no agrupamento familiar são uma tentativa de manter a existência desse agrupamento e de permitir que os seus membros se adaptem às transformações sociais que ocorrem à sua volta. É necessário, muitas vezes, que alguns membros tenham suas funções revistas para que a continuidade do grupo seja possível.

Por fim, a Organização Nacional das Nações Unidas - a ONU adotou a seguinte definição para esta instituição: “Familia es la gente con que uno cuenta” (IN SOUZA, 1997, p.17).

Todos os autores citados contribuem de muitas formas para o enriquecimento do estudo sobre as famílias. Neste trabalho, não se pretende chegar a um conceito único de família, pois consideramos que uma definição jamais contemplaria a amplitude dos vínculos afetivos entre os humanos que denominamos como família. No entanto, para nossos fins não restringiremos a família aos laços de

consangüinidade, mas ampliaremos para aqueles membros que se afiliam e que assumem posições, dentro deste grupo de cuidar e amar uns aos outros. Deste modo, vamos considerar pai, aquele que desempenha esta função e não necessariamente o genitor. Como afirmam Braga e Amazonas (2004, p. 187):

A família é um grupo social concreto, mas também um discurso simbólico, uma morada que promove e é promovida por processos de subjetivação. O parentesco é compreendido como uma estrutura abstrata que atravessa a família, mas que vai além.

1.3 O incesto: um tema primordial

Vários autores clássicos, tais como Freud (1913-1914) e Lévi-Strauss, (1982), entre outros, se debruçaram sobre o tema do incesto; todos contribuíram e contribuem sobremaneira para uma melhor compreensão deste fenômeno que ocorre na instituição familiar. Biscaro (2003, p.10) pontua: “Todos nós vivemos o incesto. A maior parte das pessoas o vive como realidade abstrata do símbolo, e uma parcela o experimenta de forma concreta”.

A palavra, incesto, vem do latim *incestu* e representa a união ilícita entre pessoas da mesma família, que possuem laços de consangüinidade, afinidade ou adoção (BISCARO, 2003). A sua proibição representa uma regra social que deve ser respeitada no âmbito das culturas. Lévi-Strauss (1982, p.49), afirma: “A proibição do incesto possui ao mesmo tempo a universalidade das tendências e dos instintos e o caráter coercitivo das leis e das instituições”. Trata-se de um tabu.

Um tabu representa um interdito, uma proibição convencional que se impõe por costume. Pode referir-se, também, ao que é proibido e perigoso, que não pode ser violado, e que assim sendo, a sua transgressão será reprovada socialmente (FERREIRA, 1986). De acordo com Freud, em Totem e Tabu (1913-1914), nas civilizações totêmicas, o tabu consistia na proibição de matar o totem ou de manter relações sexuais com as mulheres que pertencessem ao mesmo clã totêmico.

Na sociedade atual, o incesto constitui-se em crime contra os costumes, caracterizado como violência e passível de apenação por nossa legislação, nos casos que envolvem as relações de adultos com crianças ou adolescentes (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90).

No entanto, não se trata de uma situação relacional surgida na atualidade. Já encontramos referência a ele, inclusive nos mitos e nas fábulas. Essas narrativas falam de uma forma de encontro entre os personagens, constituintes do nosso inconsciente coletivo (JUNG, 2000). Muitas dessas histórias eram contadas através de comunicação oral e, assim, se perenizaram nas sociedades, representando, ontem como hoje, valores e costumes vigentes em cada época.

Essas fábulas trazem uma moral e uma conduta a ser seguida para alcançar o que naquele momento, era considerado, o “bom”. Uma dessas fábulas, narrada por Charles Perrault (1993, p.111), chama-se “Pele de Asno.” O autor viveu na França no século XVII, período renascentista, tempo em que as crianças começavam a ter um lugar na sociedade (ARIÈS, 1981), diferente do que acontecia no período medieval.

Na época de Perrault começava a emergir o sentimento de infância em torno do qual ir-se-ia formar a família nos moldes mais próximos do que se entende, hoje, como sendo essa instituição (ARIÈS, 1981).

A fábula consta, resumidamente, do seguinte:

Era uma vez um rei poderoso e bondoso em tempos de paz e temido em tempos de guerra. Com ele, vivia uma rainha cheia de virtudes e uma filha que no reino era conhecida pelos seus dotes e beleza. Eles viviam em abundância que se originava em sua quase totalidade, de um Asno que tinha uma estranha forma de evacuar: expelia os seus excrementos em forma de pepitas de ouro, que eram colhidos pelos serviçais do castelo. Ocorre que a rainha adocece gravemente e chama o rei para ter com ele a sua derradeira conversa. Nela, pedia que ele só se casasse novamente, quando encontrasse uma mulher mais bela do que ela. Foi então, atendida no seu desejo. Tempos depois, sentindo vontade de casar-se novamente, o rei teve

dificuldade em encontrar uma mulher que fosse mais bela do que a rainha e só percebendo beleza maior em sua filha, propôs então a ela que se casasse com ele. Assustada, a princesa foi pedir ajuda a sua madrinha para que o rei desistisse de tal idéia. Várias tentativas em termos de exigência foram propostas ao rei e tendo sempre o atendimento de seus caprichos, resolveram, a princesa e a madrinha, pedir que lhe dessem a pele do Asno e também assim, foi atendida. A princesa assim resolveu fugir do castelo, com a pele do Asno a lhe cobrir o corpo e foi refugiar-se em uma pequena aldeia e lá, fazia pequenos serviços para sobreviver. Ocorre que por ali, passava um príncipe que por ela se apaixonou. O casamento foi marcado e todas as pessoas importantes no reino, foram convidadas. O pai de Pele de Asno também compareceu e já não demonstrava interesse por ela que não fosse o de um pai (PERRAULT, 1993, p.111).

Ao final do conto, o autor diz “(...) a história de Pele de Asno é difícil de crer, mas enquanto no mundo houver crianças, mães e avós, sua lembrança se conservará” (PERRAULT, 1993, p.111).

Na fábula, Perrault só se refere aos sentimentos incestuosos do pai no final da estória, quando ocorre o arrependimento e a compreensão da inadequação e da impossibilidade de vivenciar tais sentimentos com a princesa. Evidencia-se que a sociedade não se surpreende com o fato de que o rei queira casar-se com a filha. No entanto, o autor coloca ao final o conhecimento de que era criminosa a relação que o rei objetivava ter com a princesa. Desta forma, a sociedade francesa da época, ao mesmo tempo em que refletia sobre as questões do incesto, abria um espaço para que se representasse o tema nos contos e estórias para as crianças. Observa-se, também, que cabia às mulheres a incumbência de evitar o incesto, e repassar as lições morais de bom comportamento educativo para as crianças. Nas representações femininas trazidas pelo autor; a fada, as mães e avós são incumbidas de proteger as crianças. Na literatura dos costumes também encontramos alusões às mulheres como guardiãs das condutas consideradas mais “decentes” e encarregadas da manutenção dos bons costumes das sociedades vigentes. (BADINTER, 1985; DEL PRIORE, 1997).

Após esta breve introdução do tema, procuraremos refletir acerca da família e do interdito do incesto que foi se estabelecendo na história das relações familiares.

Desde os períodos mais remotos até a contemporaneidade, observamos a existência de uma tendência à formação de grupos humanos subordinados às necessidades materiais e econômicas. Estes vínculos eram constituídos dentro dos modelos sociais vigentes e sempre foram suscetíveis a mudanças.

Das famílias primitivas, as hordas, às constituições dos diversos arranjos familiares da contemporaneidade, é grande a transformação e isto indica quão plural podem ser as relações vinculares entre os humanos.

Morgan (1970), afirma que nas famílias primitivas os casamentos ocorriam entre consangüíneos: irmãos, irmãs e colaterais. Eram uniões endogâmicas que garantiam a manutenção e continuidade desses grupos. Para o autor, quanto maior a incidência desses casamentos, maior a primitividade na organização do grupo (MORGAN, 1970). Nos diversos tipos de família descritos por Morgan, a consangüinidade não aparece como um fator impeditivo de relação de conjugalidade. Podemos considerar como um fator de importância contributiva a essa forma de relação, a necessidade de agrupamento em função da sobrevivência. Portanto, não havia o entendimento de que isso pudesse trazer, como conseqüência, uma má formação aos descendentes como foi posteriormente apregoadado na história. Em relação a isso, Lévi-Strauss (1982, p. 54) afirma que:

(...) as sociedades primitivas ou arcaicas são limitadas, por seu regime econômico, a um volume populacional muito restrito e é justamente para volumes desta ordem que a regulamentação dos casamentos consangüíneos só pode ter conseqüências genéticas desprezíveis. Sem chegar ao fundo do problema – para o qual os teóricos modernos só ousam fornecer soluções provisórias e muito tematizadas – é possível portanto considerar que a humanidade primitiva não se encontrava em uma situação demográfica tal que fosse capaz mesmo de recolher os dados do problema.

Na cultura, encontram-se as experiências e os valores que, em seu conjunto, lhe dão o significado. Consideramos que, no método antropológico-estrutural de Lévi-Strauss, temos preciosas contribuições para um melhor entendimento da formação dos grupos familiares e de seus interditos, mais especificamente, os relativos ao incesto. Ao estudar as relações de parentesco, o autor enfatiza as questões sociais nas organizações desses grupos. Iremos, mais adiante, considerar, de modo mais efetivo, as contribuições desse autor. Voltemos a Morgan e à sua referência às formações de famílias antigas, quando não havia ainda a proibição do incesto e acompanharemos com o autor as mudanças que foram, gradativamente, acontecendo nas constituições desses grupos que, posteriormente, foram denominados de famílias.

Morgan (1970, in CANEVACCI, 1984, p.56) considera a existência de cinco formas diferentes de família:

- A família Consangüínea: que se baseava na existência de matrimônio entre irmãos e irmãs, no interior de um mesmo grupo. O autor caracterizou esse período como de pré-história da humanidade;
- A família Punaluana: nela, observamos a existência de algumas proibições do incesto uma vez que esse tipo de organização restringe o casamento no interior do grupo às várias irmãs com os maridos de cada uma das outras, ou os vários irmãos com as esposas de cada um dos outros. Portanto, não havia, nesse tipo de família, o casamento entre irmãos e nem observamos a existência de casamento entre pais e filhos;
- A família Sindiásmica (de casal): reforça-se de modo mais efetivo o tabu do incesto. O casamento se dava entre casais individuais, porém sem obrigação de coabitação exclusiva.
- A família patriarcal: nela, se realizava o casamento entre um homem e diversas mulheres. Essas passavam a ter uma vida de isolamento após o matrimônio;
- A família monogâmica: os casamentos se realizavam entre casais individuais e a coabitação passou a ser exclusiva.

O autor considerou que a primeira, a segunda e a quinta formas de organizações desses grupos, representam as referências mais fortes em termos de predomínio nos sistemas de organização da família.

Para Morgan in Canevacci (1984, p.38), no estágio “intermediário” da família sindiásmica, advém a formação da família monogâmica. Diz ele:

Estamos habituados a considerar a família monogâmica como a forma familiar por excelência: como tendo sempre existido, embora substituída em algumas áreas pela família patriarcal. Ao contrário, a idéia de família foi o resultado de uma evolução, através de estágios sucessivos de desenvolvimento, dos quais a família monogâmica constitui o último estágio.

Ao estudar a evolução das famílias antigas, Morgan o fez procurando demonstrar que, em cada nível evolutivo, aumentavam as proibições conjugais entre consangüíneos. Segundo Canevacci (1984, p. 18):

Esse método de sucessão, que é cronológico e lógico, consiste em estabelecer cada grau evolutivo sucessivo da família como causado pela multiplicação das proibições conjugais entre consangüíneos. Por isso, a um menor número de proibições corresponde, na escala conjugal, um maior nível arcaico-primitivo.

Ainda que este desenvolvimento esquemático não seja, hoje, referendado pela ciência, não há dúvida que Morgan tem o mérito de demonstrar que a família humana não é imutável nem eterna. Seu esquema mostra que a evolução da família estava relacionada à consangüinidade e, depois, ao desenvolvimento da idéia de propriedade.

A obra de Morgan instigou Engels a escrever um livro sobre: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nesta obra, Engels (1964) vai considerar que a família monogâmica se originou da família sindiásmica. Nela, o homem detém o poder de gerar filhos com a certeza da paternidade. Essa deve, portanto, ser inquestionável, pois são esses filhos que herdarão as propriedades dos pais (ENGELS, 1964). Na família monogâmica, o vínculo se faz de forma mais sólida do que ocorria anteriormente e a mulher aparece subjugada ao homem. Há um controle sobre a sexualidade feminina, subordinando o seu desejo ao do marido. A mulher é a mãe dos filhos que serão os herdeiros e, assim, há a necessidade de

garantia de sua fidelidade. O corpo é o meio de controle. Engels (1973, p.77), falando a respeito da família monogâmica, afirma:

Foi a primeira forma familiar fundada não mais sobre as condições naturais, mas sociais, particularmente sobre o triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo. Preponderância do homem na família e procriação dos filhos que têm que ser seus e que são destinados a se tornarem os herdeiros de sua fortuna.

O que nos interessa, nas idéias de Engels, é que ele considera que somente a partir do surgimento da propriedade privada vai surgir um maior controle sobre a sexualidade.

Outro estudioso do tema do incesto que se impõe considerar, neste trabalho, é Freud. Em 1913-1914, após divergir de Jung justamente sobre as idéias deste último a respeito das questões relacionadas ao incesto, Freud publicou “Totem e Tabu” no qual estabelece o totem como “progenitor do clã e seu protetor (...) nele, se contém a essência de todos os homens pertencentes ao mesmo clã, como, por exemplo, o sangue” (CANEVACCI, 1984, p.102). O totem poderia ser um animal, vegetal ou objeto considerado sagrado como ancestral ou uma representação simbólica da coletividade (LÈVI-STRAUSS, 1982). Freud tinha a preocupação de analisar e tentar estabelecer conexões entre a história e a psicologia. No estudo de algumas civilizações totêmicas, observou a existência de um interdito ao incesto que se estabelecia nos clãs, denominados hordas.

Na instituição do totem, tinha-se um meio de identificar grupos familiares que organizavam as relações sociais e, assim sendo, restringia o acesso às mulheres e, também regulamentava as relações entre as gerações. Ao totem, devia-se respeito e deveres. Assim sendo, nessas organizações familiares, havia a proibição dos casamentos entre membros do mesmo grupo da linhagem feminina, conforme afirma Freud, (1913, v.XIII p. 24):

Onde a descendência se faz pela linhagem feminina, se um homem do totem canguru casar-se com uma mulher do totem emu, todos os filhos, tanto os rapazes como as meninas, pertencerão ao clã emu. Assim, os regulamentos totêmicos tornarão impossível para um filho desse casamento, manter relações sexuais incestuosas com sua mãe ou irmãs, que são emus como ele próprio. Por outro lado, em todos os casos aos quais concerne esta proibição, o pai, que é canguru, é livre para cometer o incesto com as filhas que são emus.

O autor considerou que o próprio totem era um enigma a ser decifrado. Os costumes vigentes expressavam o que, nos grupos de então, podemos compreender como formas de organização “primitivas” de família. Observamos que sendo uma forma de grupo matrilinear, o interdito se fazia através da linhagem feminina e, desse modo, ao pai havia a permissão para contrair matrimônio com suas filhas, uma vez que não se reconhecia a relação de parentesco entre ambos. Freud considerava que nas sociedades primitivas havia uma horda primordial e que nela o pai era ciumento e violento. Desse modo, retinha para si as mulheres do grupo e, deste, os filhos eram expulsos. Em certo dia, esses filhos uniram forças, mataram e devoraram o pai. Assim, consideraram que poderiam adquirir a força e o poder deste. O totem foi originado do ato e “substituiu” o pai morto. No entanto, os irmãos negaram para si as mulheres libertadas. Podemos entender aqui, simbolicamente, a necessidade e o restabelecimento do pai e, também, a negação do direito às mulheres como expressão de uma “culpa”. Posteriormente, a festa do totem veio a ser a repetição e comemoração desse ato e deu origem à organização social, às restrições morais e à religião, conforme as idéias de Freud (STEIN, 1999).

A partir de Freud, a psicanálise veio a considerar que a questão do incesto se relaciona ao desejo do filho de ocupar o lugar do pai, uma vez que existem na memória, os resquícios do sentimento de culpa oriundos do assassinato do pai. Esses sentimentos podem ser mais bem compreendidos através do mito de Édipo, visto por Freud como um núcleo de uma tragédia humana e por ele, universalizado, passando a representar uma condição simbólica no desenvolvimento humano.

O mito conta que no seu nascimento, Édipo teve predeterminado o destino de matar o pai (Laio) e casar-se com a mãe (Jocasta). Embora existam muitas versões desta lenda grega, o parricídio é o núcleo comum a todas elas.

Conta a lenda que o pai de Édipo, Laio, havia casado com sua prima-irmã, Jocasta, embora tivesse sido alertado pelo oráculo para que não o fizesse, porque o filho que teria com ela haveria de matar o pai. Quando Édipo nasce, Jocasta concorda com a “exposição” (abandono) de Édipo furando-lhe o pé, o que deu origem ao seu nome (Édipo – pé inchado).

Na Grécia dessa época, colocar o recém-nascido em situação de abandono era deixá-lo exposto para que fosse recolhido por mercadores viajantes que fariam uma seleção dos mais bem dotados, vendendo-os posteriormente como escravos. Para evitar este comércio e para deixar os filhos dependentes apenas da providência divina, muitos pais, ao rejeitá-los, os mutilavam. Édipo teve um pé perfurado por Jocasta e fica então fisicamente deformado, ferindo os padrões de beleza e perfeição vigentes naquela época. No entanto, o pastor encarregado do sacrifício fica com dó da criança e a entrega a um coríntio para criá-la. Este pastor entrega a criança a um rei de nome Pólipo e à rainha Mérope, que, por não terem filhos, resolvem adotá-lo e chamá-lo de Édipo que cresce sem conhecer sua origem.

Em virtude de sua deficiência física, Édipo desenvolve seus dotes intelectuais e torna-se um decifrador de enigmas. Já adulto ouve de um coríntio embriagado que é um filho adotivo. Deixa a cidade e procura um oráculo que apenas lhe diz que seu destino é matar seu pai e casar com sua mãe. Foge então de Corinto na tentativa de afastar-se do pai para não sacrificá-lo. A caminho de Tebas, sem saber, encontra com Laio, seu verdadeiro pai que procurava orientação para enfrentar a maldição que assolava a cidade. Disputando a passagem do caminho com Laio, Édipo o mata depois que este lhe fere a cabeça. Segue seu caminho, acreditando ter agido em legítima defesa.

Após a morte de Laio, seu reino fica sem rei. O irmão de Jocasta, Creonte, assume temporariamente o trono, porém anuncia que se alguém conseguisse decifrar o enigma da esfinge que havia se portado na entrada da cidade e devorava todos os jovens que não conseguiam decifrar seu enigma, concorreria à mão da rainha Jocasta. Édipo decifra o enigma da esfinge, casando-se com Jocasta sem saber que ela era a sua verdadeira mãe. Quando a verdade é revelada, Jocasta enforca-se e Édipo, desesperado, fura os olhos, cegando-se.

O mito de Édipo se universaliza quando Freud indica uma coincidência entre os desejos ambivalentes que constituem o que ele vai chamar de complexo de Édipo e a hipótese darwiniana da horda primitiva (CANEVACCI, 1984). Estes desejos referem-se ao desejo incestuoso do menino pela mãe e o ódio ao pai, desejando a sua morte. Este é o Complexo de Édipo, o menino sente, ao mesmo tempo, a necessidade de identificação com o pai, objeto de amor e admiração, mas também, ódio e desejo de morte.

Dos conflitos emergentes desses sentimentos, a culpa deveria trazer a renúncia ao objeto desejado e a introjeção da censura, da proibição, ordem expressa pelo superego. O mito, assim, trouxe à psicanálise uma forma de explicar de modo simbólico, o interdito do incesto no que diz respeito ao desejo do menino pela mãe e, concomitantemente, a rivalidade com o pai.

Lévi-Strauss (1982), ao estudar as relações de parentesco, afirmou que a proibição do incesto, enquanto uma regra social, pela sua natureza de regra, é ao mesmo tempo pré-social, por sua universalidade e, pelo tipo de relações que a própria norma impõe. Para esse autor, essa norma é uma invasão da cultura no campo da natureza, pois regulamenta a vida sexual, porém, a própria vida sexual é um embrião da vida social no seio da natureza, pois a sexualidade é o único instinto

que necessita do estímulo de outrem para se definir. A respeito desta regra, Lévi-Strauss (1982, p. 50) afirma:

Regra que abrange aquilo que na sociedade lhe é mais alheio, mas ao mesmo tempo regra social que retém, na natureza, o que é capaz de superá-la. A proibição do incesto está ao mesmo tempo no limiar da cultura, na cultura, e em certo sentido (...), é a própria cultura.

Lévi-Strauss aplicou a teoria estruturalista à antropologia, descrevendo o que chama as estruturas elementares do parentesco. Influenciado por Marcel Mauss, pela psicanálise e pela lingüística, “procurou determinar que elementos subjazem aos padrões relacionais que configuram a família desde suas fundações mais arcaicas” (OSÓRIO, 1996, p.28).

Partindo das idéias de Mauss, Lévi-Strauss (in CANEVACCI, 1984, p. 176) considera:

A teoria da “troca ritual do dom” de Mauss (cada dom implica a obrigação da restituição, pelo que entre os membros de um ou mais grupos se estabelece uma rede de relações sociais asseguradas de modo ritual e mágico) Lévi-Strauss busca – além das aparências fenomênicas – as relações constantes, as ‘combinações lícitas’, entre a gama aparentemente complexa para chegar assim à determinação das estruturas elementares – inconscientes - que revelam a ordem “secreta” das coisas. Assim tal como o fonema é o átomo da lingüística sistemática, o átomo da antropologia estrutural será a “relação avuncular”, verdadeira estrutura elementar do parentesco.

Isto significa que cada elemento doado implica a obrigação de sua restituição pelo receptor, isto é, na família estruturalmente mais simples (a matrilinear) cabe ao tio materno (avunculus) o papel de doar mulheres à geração posterior. A doação da sobrinha pelo tio só poderia ser feita a alguém que não pertencesse ao círculo endogâmico (pai, irmãos). Estava então criada a interdição do incesto. Segundo Lévi-Strauss (1969, in CANEVACCI, 1984, p.190).

A proibição do incesto não é tanto uma regra que proíba casar com a mãe, com a irmã ou com a filha, mas, sobretudo uma regra que obriga a ceder a outros a mãe, a irmã ou a filha. É a regra do dom por excelência.

A interdição do incesto gerou a regra da reciprocidade por excelência, pois a troca recíproca de mulheres garantiu a circulação contínua dos bens que o grupo possuía. Esses bens eram as mulheres do grupo.

A proibição do incesto é uma regra de reciprocidade, porque não renuncio à minha filha ou à minha irmã senão com a condição que meu vizinho também renuncie (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 102).

A exogamia é conseqüente ao tabu do incesto. Segundo Lévi-Strauss a exogamia e o tabu do incesto estão nas raízes da sociedade. Foram os casamentos fora do grupo familiar primordial, fundados na troca, que constituíram a base da instituição matrimonial. “O laço de afinidade com uma família diferente assegura o domínio do social sobre o biológico, do cultural sobre o natural” (OSÓRIO, 1996, p.29) É por isso que Lévi-Strauss afirma que, com o tabu do incesto, a família marca o momento da passagem da Natureza à Cultura. Para ele, a exogamia e a linguagem têm uma função em comum: a comunicação com os outros e a integração do grupo.

Mesmo assim, para Lévi-Strauss (1969, in CANEVACCI,1984, p.181) afirma que “o incesto existe, ainda que proibido pela lei e pelos costumes; aliás, é certamente muito mais freqüente do que gostaria de nos fazer crer uma convenção coletiva de silêncio”.

Nos estudos pós-estruturalistas, a questão do incesto vem sendo referida a partir das reflexões realizadas por autores que enfatizam a construção do sujeito nas relações sociais. Assim, natureza e cultura existem no mesmo espaço relacional do sujeito e, desse modo, a dicotomia entre elas inexistente, pelo fato de que as identidades são construídas em múltiplos discursos constituintes do sujeito. O sujeito está sempre em processo, nunca constituído, uma vez que nada é estável na construção da subjetividade, denominada de subjetivação. Sugere-se, desse modo, uma idéia de movimento. O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um:

Modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer idéia de homogeneidade, singularidade ou unidade (...) o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um movimento de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica (...) é decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes (PETERS, 2004, p.28/29).

Assim, a reflexão pós-estruturalista sobre o tema do incesto vai partir de um olhar crítico ao estruturalismo de Lévi-Strauss no que se refere à idéia de representação das estruturas de parentesco. Em relação a isso, afirma Judith Butler (2003, p. 68/69)

A sistematicidade estrutural da explicação de Lévi-Strauss das relações de parentesco faz apelo a uma lógica universal que parece estruturar as relações humanas. (...) Se a natureza simbólica da troca é também seu caráter universalmente humano, e se essa estrutura universal distribui “identidades” às pessoas do sexo masculino e uma “negação” ou “falta” relacional e subalterna às mulheres, então a lógica em questão pode ser contestada por uma posição (ou conjunto de posições) excluída de seus próprios termos.

Para a autora, nos estudos pós-estruturalistas, que emergiram em meio ao feminismo, as questões de parentesco passam a ser vistas de modo diferente ao que se desenvolveu no estruturalismo de Lévi-Strauss sobre as relações de parentesco. A troca, referida por Lévi-Strauss que produziria relações exogâmicas, é vista por Butler (2003, p.70) como:

(...) relações entre clãs patrilineares (...) baseadas em um desejo homosocial, numa sexualidade *recalcada* e conseqüentemente desacreditada, numa relação entre homens que, em última instância, concerne aos laços entre os homens, mas se dá por intermédio da troca e da distribuição heterossexual das mulheres.

Nessa perspectiva, a questão do incesto de Lévi-Strauss é criticada por Butler por partir de uma estrutura lógica totalizante e uma perspectiva falocêntrica que coloca as mulheres em uma posição subalterna. As relações de troca podem ser

compreendidas como representativas de tempos em que as organizações familiares se estabeleciam de forma diferente ao que se observa na contemporaneidade. No entanto, essas constituições familiares referidas influenciaram nos diversos modos como foram se estabelecendo as relações de conjugalidade posteriormente.

2. CONJUGALIDADE

2.1 Eros e Psiquê: a idéia do amor nas relações entre homens e mulheres

Existe um momento na vida de homens e mulheres em que se deixa pai e mãe e segue-se em direção à constituição de vidas com pessoas que são por nós escolhidas. Os motivos que nos levam a viver essas relações são os mais diversos, mas neles encontramos a necessidade da experiência de uma relação amorosa.

Em uma versão da mitologia greco-romana, consta que Eros, sendo filho de Afrodite (Deusa do amor e da sensualidade), representa o amor e Psiquê representa a alma. Conta o mito que Eros visitava Psiquê todas as noites, mas ela não podia ver o seu rosto. Uma vez que, se isso acontecesse, o perderia para sempre. Em um determinado momento da história, Psiquê, na sua curiosidade em enxergar Eros, pega uma vela e ilumina o rosto de seu amado e, desse modo, pode vê-lo. Eros abre os olhos e a vê para, em seguida, desaparecer. Psiquê passa a procurar Eros com o objetivo de voltar a viver o amor, mas só consegue encontrá-lo após cumprir várias tarefas impostas por Afrodite (BRANDÃO, 1988).

Esse mito leva a crer que o amor necessita encontrar a alma para poder expressar-se. Mas, ao mesmo tempo, ressalta a importância de se confiar naquele que se ama. É necessário que Psiquê confie em Eros e não tente ver o seu rosto, caso contrário poderá vir a perdê-lo. Ao mesmo tempo, evidencia-se a importância de se desvendar o outro como ele é e não como se supõe que possa ser. Psiquê busca esse encontro e, a partir do desvendamento do mesmo, passa a cumprir todas as tarefas impostas pelos Deuses para que, enfim, possa reencontrar Eros e a ele se unir. Nos mitos, esse seria o momento de viver a conjugalidade. Os mitos

enchem o imaginário dos seres humanos com histórias e nelas encontramos situações cheias de significados.

Nas relações entre homens e mulheres, a experiência da amorosidade pode dar novo sentido à vida das pessoas. Escolhemos os parceiros com os quais consideramos que viveremos tais relações. Na vida de algumas mulheres, isso pode significar uma possibilidade de realizar desejos, sonhos por vezes românticos, a esperança de ter uma parceria de afeto, de construção de vida. O companheiro escolhido deverá ser alguém em quem se deposita afeto e confiança e, também, de quem se espera reciprocidade nessa vivência relacional.

No entanto, para viver tais relações, é necessário que deixemos pai e mãe e acompanhemos a pessoa com quem queremos partilhar essa experiência. É importante que elaboremos o luto dessa perda, de um tempo que fica para trás e faz parte da história de vida de cada um. Assim, as possibilidades de êxito de tais relações dependem, em parte, dos modos como essas separações foram vividas. A experiência da conjugalidade, em geral, está relacionada a um sentimento de “pertença” afetiva, de estar com alguém, de união. De encontrar no outro aquilo que pode preencher nossas necessidades afetivas.

Alguns teóricos consideram a conjugalidade constituída como uma via para se estabelecer a aliança e as relações de trocas entre famílias (BENEDITO, 1996; JULIEN, 1997). Em relação a ela, afirma Julien (1997, p.16/17) “o casamento é, segundo a lei das trocas, um dom e um contra-dom entre dois pais. Um doa sua filha e o outro doa seu filho, com vistas a uma nova família”.

A partir do século XX intensificou-se a discussão sobre a conjugalidade e sobre os diversos modos de vivê-la. Essa discussão acompanhou as mudanças nas formas de homens e mulheres se relacionarem, sobretudo após as mudanças

ocorridas na sociedade após a segunda guerra mundial. O ingresso das mulheres no mercado do trabalho originou novos modos de relacionamento conjugal diferentes de tudo até então estabelecido (JULIEN, 1997).

Houve época em que as mulheres não podiam escolher com quem viver. Um dos responsáveis por essas mudanças foi o movimento feminista. Os estudos feministas nos ajudam a compreender melhor a história das mulheres e as formas de opressão sofridas (BUTLER, 2003; BADINTER, 2005). A contribuição desse movimento é de indubitável importância na contextualização e compreensão relativas ao desejo e à construção de relações de conjugalidade:

Os estudos feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder. (...) esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres (LOURO, 2004, p.37).

Desse modo, foram as questões de opressão que fomentaram e deram combustível ao movimento feminista, que emergiu de forma mais evidente nas décadas de 60/70 do século XX.

2.2 O movimento feminista e a idéia de conjugalidade

O tema da conjugalidade não pode ser desvinculado das formas de relacionamento historicamente construídas entre homens e mulheres. O movimento feminista, constituindo-se e se desenvolvendo na história, nos fala dos lugares que as mulheres já ocuparam na sociedade, e é voz importante na construção dos novos lugares a serem ocupados. Para Teles (1993, p. 10), o feminismo é:

(...) Uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). (...) Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Para a autora, as mulheres, historicamente, vivenciaram relações de desigualdade em relação aos homens. Eram geralmente colocadas em situações inferiores, subalternas, oprimidas. Esses processos de constituições de vínculos trazem as evidências de conseqüências nefastas que permeiam as relações entre homens e mulheres. Principalmente, porque são referendadas pelas macroestruturas da sociedade, perpassando desse modo, as questões individuais, chegam ao âmbito do poder do Estado. Desse modo, como movimento político, o feminismo questiona as relações de poder.

Esse movimento teve início no século XIX e foi denominado, na ocasião, de Emancipação Feminina. Objetivou a busca da igualdade de direitos, procurando estar atento às questões das diferenças, o que para as participantes do movimento não significava complementaridade e, sim, igualdade. Coube ao movimento, em ações organizadas, reivindicar não apenas direitos, mas também melhores condições de trabalho. Ele veio a constituir-se no melhor instrumento de luta das mulheres (TELES, 1993; ALAMBERT, 1997).

O movimento feminista não teve uma data específica para o seu início, mas sabe-se que, na história da mulher, houve situações de ocorrência de “ondas”, que foram momentos mais pontuais de tentativas de organizações e que, provavelmente, tiveram dificuldades em fortalecer-se em decorrência da própria fragilidade da crença entre as mulheres quanto à sua capacidade de luta, idéia persistente no imaginário feminino. Isso, possivelmente, foi decorrente de anos de predomínio do patriarcado.

No entanto, a história nos dá como referência várias situações nas quais pode ser observada a capacidade de enfrentamento das mulheres. O dia 8 de março, por exemplo, é uma data criada em homenagem às operárias têxteis da

Fábrica Cotton, em Nova York (EUA), em 1857, ano em que a força policial ateou fogo à fábrica em decorrência da insistência das mulheres operárias em permanecerem em greve. Na ocasião, morreram 129 operárias queimadas. (TELES, 1993).

A partir da instituição do dia Internacional da Mulher (que não é feriado como o 1º de Maio - dia Internacional do Trabalho), as lutas dos movimentos feministas se intensificaram, com ampliação e consolidação de direitos reconhecidos juridicamente. A criação de entidades não-governamentais que cobram políticas públicas para que sejam respeitadas as leis existentes no código civil brasileiro, deu uma maior visibilidade às várias questões abordadas, tais como: a questão dos direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, direitos contraceptivos, da sexualidade, da violência, dentre muitos outros aspectos.

Emergindo do Movimento Feminista, as questões de gênero começam a ser abordadas diferentemente. Denunciar a referência masculina e a existência de um “segundo sexo”, conforme denominação de Simone de Beauvoir, (2000) passa a ser uma implicação à desconstrução e ao descentramento do masculino como paradigma e alerta para as diversas formas pelas quais os sujeitos se constituem e são constituídos nas relações de poder. (LOURO, 2004).

Esse pensar representou, na trajetória feminina, significativa mudança. O Movimento Feminista trouxe, como consequência, a visibilidade da mulher de forma mais expressiva na sociedade “após milênios de uma tirania mais ou menos suave, que encerrava a mulher em papéis secundários (...)” (BADINTER, 2005, p.14). Podemos perceber, no entanto, que o binarismo presente nas relações de opressão, coloca de um lado o opressor e do outro, a vítima. A mulher, “emergindo” do lugar

de vítima milenar dos papéis secundários, “(...) se tornava a heroína de um filme em que o homem desempenhava o papel de coadjuvante” (BADINTER, 2005, p.14).

A alternância de função coloca novamente homens e mulheres em condições de ocupação de lugares fixos nos quais se movem apenas para que assumam o lado do que controla e, do outro lado, fica aquele que está sendo o controlado. Em consequência disso, temos novamente a luta para assumir lugares de exercício de poder. Louro (2004, p.41) afirma:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.

Ao olhar as questões da mulher, esse movimento atenta para a história, porque é dela que vêm as referências fundamentais para a compreensão das diferenças. Por conseguinte, esse movimento constituiu-se no que viria a ser o melhor instrumento de luta das mulheres.

O feminismo ateu-se ao que é diferente do padrão hegemônico e criou novas possibilidades para pensarmos as questões de gênero. Procurou tornar inexistentes as relações de exploração e domínio (TELES, 1993; ALAMBERT, 1997; LOURO, 2004).

Na história da constituição das identidades femininas e, porque não dizer, também das masculinas, o movimento feminista empreendeu lutas necessárias para que se trouxessem outros olhares, outros dizeres em relação ao relacionamento entre as pessoas. Nesse ínterim, muitas perdas ocorreram, porém muitas mudanças foram efetivadas.

Diante do percurso descrito acima, acreditamos que o olhar sobre as questões de gênero aponta para as relações de poder oriundas das criações sociais

que trazem como referência o que é predominante na cultura, ou seja, o predomínio de valores do patriarcado que privilegiam o masculino e cria o “mito do macho”. Há, portanto, em decorrência disso, a colocação da mulher, como diz Simone de Beauvoir (2000) como “o segundo sexo”. É o outro na perspectiva de uma sociedade marcadamente masculina na sua história e, assim sendo, serve para indicar o que é diferente de um padrão hegemônico.

Desmistificar as normas de gênero constitui-se um novo desafio na história de luta das mulheres pela libertação de opressões seculares e na busca de reconhecimento como sujeitos.

2.3 Refazendo caminhos com novos aprendizados

Atualmente, não se fala usualmente em movimentos feministas, mas em “mulheres”, plurais, diversas, nas lutas empreendidas em políticas públicas e através de entidades não-públicas (ONGS) cuja maior preocupação é a garantia dos direitos conquistados. Procuram-se novas compreensões que substituam conceitos mais antigos, mais representativos da contemporaneidade. As relações vão sendo reinventadas e se afirmam nas mudanças efetivadas, sendo muitas dessas novas descobertas, constatações de erros cometidos produzidos outrora. Consoante Badinter: “rumo equivocado” (BADINTER, 2005).

As práticas discursivas norteadoras do movimento feminista trouxeram, em seu bojo, mudanças inegavelmente relevantes às mulheres, mas, na sua história, o próprio feminismo tornou-se hegemônico na busca de uma suposta “igualdade”.

Em contrapartida, algumas questões que poderiam refletir outras perspectivas de análises relacionais ficaram em suspenso. A mulher ainda teria que

refazer percursos visando ao estabelecimento de relações com os homens onde a questão da opressão pudesse ser revisada e não ocupasse um espaço de domínio entre “sexos” (LOURO, 2004). Assim, nessas relações, a mulher não é o “outro”, ela “é”. Não “deriva” do masculino, mas, sim, de si mesma e, além disso, não pode ser vista como uma unicidade: “a mulher”, mas como uma pluralidade, pois falamos de subjetividades.

Refletindo sobre as conquistas femininas e sobre as “novas” mulheres, percebemos que, nas conquistas efetivadas, a mulher vai gradativamente ocupando o papel de “super-mulher”, representado por suas mais diversas atribuições. Falamos de jornada dupla ou mesmo tripla de atividades. Uma força que nas construções sociais encontra uma referência de estímulo, combustível necessário a essas diversas atividades.

As conseqüências podem ser difíceis em demasia e muitas vezes tornam-se inexecutáveis. Badinter (2005, p. 18/19), afirma:

(...) A vitimização do gênero feminino permite unir a condição das mulheres e o discurso feminista sob uma bandeira comum (...) No entanto, ao confundir as vítimas verdadeiras com as falsas, corre-se o risco de cometer um engano quanto à urgência das lutas a serem travadas.

A questão da conjugalidade e as formas de possibilidades relacionais têm em mitos e histórias referências nas quais podemos apoiar-nos para fazermos novos caminhos que nos indiquem ações discursivas mais condizentes com estados de vida contrários ao que já foi posto em determinados momentos históricos. Obviamente, isso não se constitui em tarefa fácil, pois no imaginário social: “A mulher encarna, ao mesmo tempo, a vítima de uma sociedade masculina e o soldadinho corajoso que conserta os estragos causados pelos homens” (BADINTER, 2005, p.59).

Encarnar o “papel” de vítima de uma sociedade masculina e, ao mesmo tempo, ser o “soldadinho corajoso” cheio de virtudes, possivelmente levou as mulheres a empreenderem uma luta semelhante à do “herói contra o gigante”, tão comum nos contos de fadas. Essas experiências relacionais entre homens e mulheres interferiam sobremaneira, nas relações entre mães e filhos/as. Para as mulheres a maternidade vai se apresentando como um lugar de experiência significativa. O sentimento de importância social se evidencia na função materna “bem exercida”.

3. PARENTALIDADE: A EXPERIÊNCIA DE SER PAI E DE SER MÃE

3.1 O Início da construção de uma relação

O momento em que se toma nos braços a criança recém-nascida é o instante de vivência das mais profundas emoções. Demarca uma passagem na vida de homens e mulheres. Deixa-se de ser apenas filho e acrescenta-se uma possibilidade de novas experiências relacionais. É o percurso do presente e do futuro; não existe o tempo em que se era pai ou mãe até a chegada do filho que se tem nos braços.

No imaginário social, o filho traz a idéia de renovação, de conquista, de funções a serem apreendidas, de mudanças de papéis. Traz, além da satisfação com a nova conquista, insegurança e temores. Tais sentimentos, além de expressarem as especificidades de cada um diante de experiências parentais, podem estar relacionados ao percurso de vida que demarca os tempos de nossa história: antes de sermos pais ou mães e depois de o sermos.

O recém-nascido traz no corpo a fragilidade a requisitar os cuidados que mobiliza a idéia que temos do que é ser pai ou ser mãe. A criança com quem vivemos evoca sentimentos que vão ao encontro não apenas do desejo de vivermos a relação, mas do reconhecimento e, assim, da experiência que se revela nos cuidados e, também, no aprendizado com a criança. Para alguns estudiosos, a criança representa a possibilidade de irmos ao encontro de nossa própria criança interior e, em determinados momentos, de forma poética, trazem a idéia dessa experiência como algo de grandioso, evocando a importância da criança. Para alguns, a criança se refere a algo que está sempre conosco: “Dentro de nós, ainda

dentro de nós, sempre dentro de nós, a infância é um estado de espírito” (BACHELARD, 1999, p 53).

Assim, tentamos compreender o mundo da infância e com ele aprendermos. Mudamos, no percurso da história, as formas de tratamento dispensadas à infância. Percorremos caminhos construindo e desconstruindo conceitos. A criança é hoje centro de atenção para quem se interessa em descobrir a vida e compreender os seus significados. A partir do final do século XIX, com a contribuição da psicanálise e de estudiosos que dela emergiram, tentamos compreender melhor esse complexo da infância e, como adultos, dar a ele significados:

A “criança” é tudo que está abandonado e exposto e que é, ao mesmo tempo, divinamente poderoso; é o começo insignificante e dúbio e o fim triunfal. A “eterna criança” no homem é uma experiência indescritível, uma incongruência, uma desvantagem, e uma divina prerrogativa; um imponderável que determina a presença ou ausência última de valor numa personalidade (JUNG, 1999, p.81).

O autor, ao falar da criança, não apenas se refere à experiência efetivamente vivida pela mesma, mas também à possibilidade de prática de vida de cada um na construção de suas subjetividades e que, nas relações parentais, se tem como oportunidade de redirecionar. Essas possibilidades de novas vivências são mobilizadas nas funções maternas e paternas. A experiência advinda de forma biológica, ou não, requer a elaboração da concepção da paternidade e maternidade.

Quando pensamos a respeito das relações parentais, entendemos que são concernentes aos modos como as diversas formas de relações vão se estabelecendo entre os adultos e as crianças. Trata-se, também, de um aprendizado de um sentimento que é resultante das relações de conjugalidade. Possuímos a possibilidade de viver, com a experiência da parentalidade, as mudanças quanto aos modos como estabeleceremos esses vínculos familiares. (JULIEN, 1997).

Na sociedade atual, no âmbito da legislação, há a uma maior distinção entre o mundo da infância e o mundo do adulto. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a infância se estende até os 12 anos. Desse modo, preceitos legais interferem nas relações parentais postulando em muitos momentos quando essas não estão sendo exercidas de forma adequada. Verificamos assim a existência hoje de uma maior preocupação da sociedade com as formas como pais e mães convivem com suas crianças e adolescentes. Isso é indicativo de um sentimento que se expressa no reconhecimento quanto à necessidade dos cuidados que devem ser dispensados a essas pessoas em fase de desenvolvimento, observando-se que essa maior atenção acontece com uma intensidade não observada na história.

3.2 As relações parentais em outros tempos da História

Pensando em um contexto da atualidade, pode se tornar difícil imaginar uma época em que a criança tinha tão pouca importância que nem a sua morte era sentida por seus pais. Tantas crianças nasciam para que algumas sobrevivessem, e, assim, dava-se pouco valor à infância. Não pretendemos, aqui, estabelecer critérios de julgamento do que significa o apego nas relações, uma vez que entendemos na história, as representações de vivências relacionais parentais expressavam os momentos da época vigente. Pretendemos destacar o que se evidencia em relação ao caminho que nós percorremos, no que diz respeito às diversas formas como as relações parentais vêm se constituindo.

Até aproximadamente o século XII a arte da iconografia trazia a representação da família envolvida com o trabalho e, desse modo, não se trata efetivamente de cenas de família como a entendemos hoje. As crianças não

aparecem ainda nas expressões do século XV, evidenciando-se, em vez disso, cenas de jogos: cavalaria, jogos comuns a todos, festas folclóricas. A rua, que já era um tema familiar da iconografia medieval, adquiriu uma maior representatividade na arte. Na rua se praticavam os ofícios, as conversas. Não se evidenciava o apego do adulto nas relações estabelecidas com as crianças, nessas representações iconográficas (ARIÈS, 1981).

Assim, podemos observar que, a partir do século XVI, a criança surge na iconografia. Inicia-se, então, o que podemos considerar como uma preocupação com a educação das crianças. A família passa a ter, além da função de transmissão dos bens e do nome, a responsabilidade de exercer uma função moral. Com uma nova importância dada à infância, há um novo caminho que doravante seria de fundamental importância, direcionando as formas como as famílias se relacionariam. É o alvorecer da intimidade da família (ARIÈS, 1981).

Ocorria, nesse período, o início da colonização no Brasil. A chegada dos brancos marcou um tempo que, na sua construção, apresenta modelos de relações constituídas de forma autoritária. Pode-se pensar também como foi impactante para a população indígena a chegada desses homens vindos de um lugar tão distinto e, portanto, com hábitos tão diferentes. Na terra que se denominava de Santa Cruz, o novo mundo do século XVI existia no imaginário ocidental como um lugar misterioso a ser desvendado e, também, de perigos que traziam medo pelo seu aspecto “exótico” de natureza exuberante e pessoas diferentes (DEL PRIORE, 2004).

Houve um encontro de culturas tão diversas e com necessidades tão diferentes. A referência cultural do branco colonizador era fortemente marcada pelo Santo Ofício que postulava “a conquista da alma indígena”. Os índios tinham o hábito de andar sem roupa, conviviam com a natureza e dela tiravam o seu

sustento, adoravam o seu Deus. Isso precisava ser mudado, pois, do contrário, seria impossível, ao colonizador, obter sucesso na recém-conquista da terra de Santa Cruz. A educação pareceu ser, aos colonizadores, a melhor forma de fazer com que saíssem do “pecado”.

Com a educação, iniciava-se um domínio sobre os nativos, principalmente, sobre as crianças indígenas, denominadas pelo colonizador de “curumins”, meninos da terra. Para colaborar com esse processo de “aproximação” da criança indígena, os jesuítas trouxeram de Portugal crianças órfãs ou em situação de abandono. Elas seriam fundamentais para a “cristianização”, chegar aos adultos através da catequização de crianças indígenas que não estavam enfeitadas nos seus grupos familiares, mas eram, aos olhos dos jesuítas, “pecadores”. Essa era a interferência nas organizações familiares da época. Havia a necessidade de se estabelecer uma disciplina da Companhia dos Jesuítas, que fazia parte da moral cristã. Os jesuítas viam nos índios modos de relacionamentos que consideravam impróprios ao que entendiam ser o “bom desenvolvimento das crianças” como, por exemplo, os “mimos” realizados pelos pais aos seus filhos. Entendia-se que os pais deveriam ser mais comedidos nessas relações. Isso significava referências de educação à criança na qual o amor do pai ou do educador se espelharia no divino e, desse modo, os castigos combateriam vícios e pecados. Nessa idéia de educação do colonizador, amar era castigar e dar trabalhos para serem realizados. Uma forma de educar distinta da vivida nas relações indígenas (CHAMBOULEYRON, 2004).

Podemos observar do exposto que o poder do pai era o maior e, acima dele, havia o poder de um pai divino. O pai terrestre tem o poder de Deus que seria aquele que indicaria as lições a serem aprendidas por pais e ensinadas aos seus filhos tendo ele como espelho, centro de referência. Desse modo, os ensinamentos

repassavam as lições de bem viver que “emanavam” do pai celestial. As questões da religião aqui tinham influência fundamental, no tocante aos modos como se entendia como deveriam ser as relações de paternidade e maternidade. Considerava-se que o poder do pai só estava abaixo do poder divino. Esse era o pai maior.

Desse modo, a criança indígena ia gradativamente internalizando os valores do branco. Iniciava-se um “esvaziamento da identidade indígena” e, assim, iam mudando as formas como se desenvolviam as relações entre pai/mãe e filhos nas comunidades indígenas (CHAMBOULEYRON, 2004).

Identidade não é um conceito fixo. Mas, sim, a referência às diversas formas de representações possíveis e distintas. (SILVA, 2000). Nas relações de sociedade em que essa observância é inexistente, o padrão hegemônico se constitui em relações nas quais os papéis são fixos. A existência do “outro” é o negado que precisa ser esvaziado, tolhido, desvalorizado enquanto possibilidade de expressão (SILVA, 2000).

Para que se tomasse posse da Terra de Santa Cruz, fazia-se necessário, nas considerações da época, um domínio de espaço que incluía os nativos, portadores de cultura própria que representava o seu modo de viver. Impunha-se um “modo de vida” considerado o correto, adequado. A disciplina era a questão. A sexualidade era “tolerada” como um “mal necessário” à procriação. O padrão hegemônico estabelecido na Europa foi trazido pelo colonizador.

Com a vinda dos negros, um outro período se inicia, pois surge um elemento cultural novo. O negro adulto aporta com as suas crianças e delas são muitas vezes separados. Já vinha em condições adversas, não sendo os nativos e, sim, a mercadoria, o instrumento realizador do serviço, sem direito algum. Se a criança

indígena ainda despertava sentimento de “carinho” por sua beleza tantas vezes referida na história, a criança negra, no mercado escravo do “vale quanto pesa”, tinha um valor menor porque seu corpo era mais leve. Ela seria um “investimento” de risco. (GÓES; FLORENTINO, 2004).

Não podia haver nessas relações “o sentimento de família” ao qual nos referimos anteriormente que começava a surgir nas famílias européias, presentes nas representações iconográficas. O negro não era percebido no regime escravista como uma pessoa, portanto, não tinha família. As crianças indígenas tinham uma dura vida porque os jesuítas “precisavam de sua alma”, deveriam ser catequizadas para se “purificarem”. As crianças negras não possuíam nem o reconhecimento como pessoas. Delas, havia a necessidade dos pais adultos como mola propulsora da economia da colônia e, posteriormente, do império.

Com o fim do tráfico de escravos, as relações de poder existentes adquiriam outras formas de interferência nos convívios entre pais e filhos e, especialmente, em famílias que tinham condições econômicas mais favoráveis sobre outras em situações mais adversas. Desse modo, os lugares de controle vão sendo ocupados em domínios de uns sobre outros. Nessas formas de organizações sociais da época, as desigualdades econômicas, sexistas e adultocêntricas estabeleciam os lugares de domínio e, portanto, de violência; do poder de uns sobre outros (FOUCAULT, 2005).

Com o gradativo interesse dos pais pelos estudos dos filhos, a família passa a se organizar em torno das crianças a elas dando uma importância nunca observada anteriormente. O filho passa a ser a referência da constituição familiar. Ele “prova” a existência de uma relação conjugal. Representa a organização de uma família, recebendo dos pais o sobrenome que deverá perpetuar e referendar. É

importante que lembremos que esse processo de construção social tem no patriarcado uma forte referência nas suas formas de constituição. Durante muito tempo, o pai foi o centro das relações familiares, respaldado em um poder de controle que incluía filhos e mulher que a eles se submetiam (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Com o declínio do patriarcado, as formas de viver as relações parentais foram mudando e apresentando contornos diferentes dos que se vivia anteriormente. O pai passa a não ser o senhor a quem se deve a obediência. As relações começam a ser discutidas, especialmente com as mudanças trazidas pelas duas grandes guerras mundiais que mudaram o panorama do mercado de trabalho. E as mudanças advindas do movimento feminista em luta por igualdade de direitos entre pessoas baseando-se nas questões relativas aos Direitos Humanos (NARVAZ; KOLLER, 2006).

3.3 Parentalidade: o que podemos entender a respeito dessas construções vinculares

Antes de viver a parentalidade, homens e mulheres necessitam viver a experiência de ser só e ter a percepção de si mesmos e do seu próprio processo de vida e tempo. A idéia de finitude é a constatação de que não podemos nos renovar organicamente, embora o possamos através de nossas realizações. A experiência de ser pai ou mãe representa uma renovação. É desejada por muitos como uma necessidade de vivência relacional. Assim, consideramos que refletir sobre essa vivência é buscar formas com as quais construímos as idéias que possibilitem uma melhor compreensão a respeito de tema tão desafiante na vida das pessoas.

Os estudos sobre a parentalidade são decorrentes da década de 80, quando observamos que há uma compreensão em relação à família de um modo mais amplo e atento às suas complexidades, expressas nas novas formas de se constituírem. A família hodierna apresenta múltiplas possibilidades indicando uma mobilidade de lugares e funções nunca observadas antes. Trata-se aqui, além de uma função de cuidados que se deve ter com a criança, idéia que predominou em outras épocas, da ampliação referente a formas mais complexas na construção desses vínculos.

A parentalidade, objeto de estudiosos na atualidade se refere aos novos lugares nas relações entre pais, mães e filhos. Consideramos como parentalidade, “o estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir daí” (SOLIS-PONTON, 2004, p.29). Sob essa denominação estão reunidos os papéis e as funções parentais (HOUZEL, 2004). A parentalidade é um processo que se constitui e evolui no âmbito das relações humanas e, segundo Didier Houzel (2004, p. 48/49), se estabelece a partir de três eixos: o exercício, a experiência e a prática. O exercício da parentalidade se refere:

Quem funda e, até certo ponto, organiza a parentalidade, situando cada indivíduo nos seus laços de parentesco e, com eles, direitos e deveres. Em toda sociedade há uma definição precisa de laços de parentesco. Essa definição designa o lugar de cada indivíduo numa sociedade concebida como um conjunto organizado. (...) Com relação ao plano psíquico individual, o exercício da parentalidade está relacionado aos interditos que organizam o funcionamento psíquico de todo sujeito e, principalmente, o tabu do incesto.

O autor designa a experiência da parentalidade como uma origem de relação fundada e organizada na ordem do desejo e da aceitação: a “experiência subjetiva consciente ou inconsciente de vir a ser pai e de preencher papéis parentais”. Inclui ainda “o desejo pela criança e o processo de transição em direção à parentificação” (HOUZEL, 2004, p.49). Entende que a prática da parentalidade diz respeito às

atividades cotidianas que os pais devem executar junto à criança. É a área dos cuidados parentais, envolvendo os cuidados físicos e psicológicos.

Na dinâmica das famílias pesquisadas, a ocorrência do abuso sexual incestuoso intriga e impulsiona a necessidade de compreensão de tal fenômeno. Trata-se de uma situação de violência que ocasiona as reações mais diversas na sociedade. A transgressão do interdito à regra social do tabu do incesto resulta, juridicamente, em crime contra os costumes. Evidenciamos, como foco de atenção, as questões pertinentes ao exercício da parentalidade, uma vez que é nele que se representam o direito, o poder estabelecido e a normatização.

4. UM DESAFIO: A ESCOLHA DE UM CAMINHO

No desenvolvimento de uma pesquisa, aos poucos, vamos percebendo que o processo do conhecimento é um caminho que se abre a muitas possibilidades e, assim, é necessário especificar qual o caminho a ser adotado. Minayo diz que o conhecimento é uma “construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida” (MINAYO, 1999, p.89).

Assim, buscamos o conhecimento a partir dos dados de situações nas quais, de uma forma ou de outra, estamos inseridos. Procuramos conhecer, construir um saber a respeito daquilo que nos toca de forma mais forte, nos sensibiliza, nos inquieta. Queremos mais informações sobre essa situação que desperta o nosso desejo de conhecimento e, desse modo, nos lançamos e procuramos vencer o desafio a que nos propomos e, sobre ele, dissertamos.

Por situarem-se em contextos e lugares delimitados temporalmente, as situações se apresentam de formas singulares e temporariamente especificadas e, por conseguinte, o conhecimento se constitui a partir de uma compreensão também limitada por questões sócio-temporais e teóricas.

Logo, a compreensão a respeito da experiência da conjugalidade e da parentalidade de mulheres/mães cujos filhos são vítimas de incesto, requisitou um estudo em direção à construção teórica de autores diversos, na área da psicologia, da sociologia e da antropologia. Dentro da psicologia, nos valem de autores com pensares diferentes relativos à constituição do sujeito que detiveram a sua atenção sobre o tema do incesto.

Consideramos que o sujeito da contemporaneidade não pode ser compreendido de forma mais ampla se não houver, nas construções teóricas,

observações relacionadas às formas como esses saberes são contributivos entre si. Isso se faz necessário para dar conta daquilo que o pós-estruturalismo denomina de diversidades dos sujeitos (PETERS, 2000). Esse caminho teórico foi o que nos pareceu oferecer as condições de que necessitávamos para o que tínhamos como propósito de pesquisa. Concordamos com Minayo (1999, p.10), quando ela afirma que “a ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”.

Pensamos então: como chegar às mulheres que seriam elementos fundamentais na construção desse saber, trazendo-nos as suas realidades de vidas? Como realizar esses encontros? O Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) nos pareceu um lugar propício para a realização da pesquisa.

4.1 Nosso tema e local da pesquisa

Uma pesquisa começa com uma inquietação em relação a algo que supomos se faça necessário compreender. O trabalho em questão foca as situações emocionais vividas por mulheres/mães de crianças e adolescentes que são vítimas de violência sexual incestuosa. Elas são atendidas no CENDHEC, entidade de Direitos Humanos que tem programas na área de prevenção e atendimento a crianças e a adolescentes vítimas de violência sexual desde o ano de 2001. É um espaço do qual fez parte a pesquisadora desde a sua implantação e, portanto, tornou-se sua fonte de reflexões e indagações.

A Instituição atua na área preventiva à violência contra crianças e adolescentes, através de oficinas e capacitações de profissionais que, em suas

atividades, atendem a esse público. A capacitação busca, principalmente, informar a legislação vigente (ECA) e, também, a respeito dos sinais indicativos da existência de violência contra crianças e adolescentes. O objetivo é atuar em defesa dos excluídos, como representante da sociedade civil. Esses trabalhos são realizados na cidade do Recife, Região Metropolitana e cidades do Agreste e Sertão. O CENDHEC iniciou suas atividades em 2 de novembro de 1989 com pessoas comprometidas com o processo de abertura democrática após o período militarista.

4.2 Nossas colaboradoras

Procurar compreender as mulheres que acompanham os seus filhos no árduo caminho em busca da responsabilização de seus agressores sexuais tornou-se, para nós, uma questão a ser descoberta, um objetivo a ser alcançado.

As mulheres que chegam ao CENDHEC, para realizar uma denúncia de violência praticada contra seus filhos, são recebidas, inicialmente, pela recepção que as encaminha ao atendimento jurídico e social. O atendimento psicológico ocorre em um segundo momento. Essas mulheres são atendidas em um trabalho de Orientação, como parte do programa de atendimento psicológico às vítimas e algumas que evidenciam maiores dificuldades em lidar com a situação abusiva e de responsabilização do agressor participam de grupos de apoio coordenados por psicólogos que podem, eventualmente, contar com a participação de assistente social e advogado/a.

Para realizarmos a pesquisa, definimos que teríamos um universo de participantes não fechados em termos de número. Decidimos que adotariamos o critério de amostragem proposital também denominada de intencional ou deliberada que, segundo Turato (2003, p.356), “está para a pesquisa qualitativa assim como a

amostragem randômica está para a pesquisa quantitativa”. Por esse critério, o pesquisador escolhe deliberadamente os participantes que comporão seu estudo consoante os pressupostos de seu trabalho. Ele fica livre para escolher aqueles que possuem as características necessárias para fornecer as informações. (TURATO, 2003). Arbitramos como participantes da pesquisa mães de crianças ou adolescentes, que viveram situações de abuso sexual incestuoso. Não determinamos idade nem o nível sócio-econômico ou de escolaridade. Decidimos também que as mulheres poderiam estar vivendo, ou não, com o agressor na ocasião do abuso sexual. Em relação às crianças, poderiam ser do sexo masculino ou feminino e serem filhos/as únicos/as ou não.

As mulheres que participaram de nossa pesquisa eram mães de crianças que foram vítimas de abuso sexual incestuoso com idades entre 1 e 5 anos. Eram quatro do sexo feminino e uma do sexo masculino. O único menino tinha cinco anos quando sofreu a agressão sexual e se constituiu, portanto, na criança com maior idade do grupo de filhos. As mulheres se encontravam na faixa etária entre 23 e 35 anos na ocasião da pesquisa e tinham nível de escolaridade variável: do ensino fundamental ao 3º grau completo. Em relação ao poder aquisitivo, a faixa de ganho salarial variou entre 1 a 4 salários mínimos. Uma das cinco mulheres estava sem rendimento pessoal, sendo mantida pelos pais e beneficiada por programa assistencial do governo. As atividades profissionais exercidas pelas mulheres eram: edição de imagens/confecção de artigos artesanais, acompanhante de idosos, a terceira tinha como atividade a venda de títulos de capitalização/produtos financeiros de uma loja de confecções e a quarta mulher é professora em escola da rede privada. Uma mulher, desempregada na ocasião da entrevista, trabalhava como comerciante com o marido incestuoso quando casada.

A descoberta do abuso ocorreu durante o casamento de duas das cinco mulheres sendo que três delas estavam separadas dos seus companheiros e o abuso sexual ocorreu durante visitas da criança ao pai. A mãe mais jovem, 23 anos, deixou o curso de graduação em Administração de Empresas para trabalhar mais. Duas mulheres estavam residindo com familiares por impossibilidade de manter suas casas. Quatro mulheres ficaram sem a pensão alimentícia das crianças vitimadas e recorreram à justiça para receber.

4.3 Instrumentos

Ao iniciarmos a pesquisa, nossa intenção era usar uma entrevista semi-dirigida. Neste momento, nos veio à lembrança uma situação vivida pela pesquisadora. Foi uma ocasião em que atendeu uma mãe que teve duas filhas vítimas de abuso sexual incestuoso, recorrente e em série (abuso sistemático e com mais de um/a filho/a de uma mesma família). A mulher tirou de sua bolsa um álbum de fotografias que retratava momentos vividos com a família. Ela então falou sobre a vida em comum com o ex-companheiro e as expectativas relacionadas ao casamento. Pediu, então, uma explicação que a ajudasse a compreender melhor o que aconteceu em sua casa. As fotos, para ela, deveriam expressar o que acontecia de fato e, desse modo, não pensava que se tratasse de aparências não condizentes com o que pensava viver. Portanto, nos ocorreu a idéia de utilizar, no primeiro encontro com as participantes, um “álbum de fotografias” como estímulo para iniciar a entrevista (Vide anexo). Um estímulo para a fala das participantes a respeito de um tema tão árduo e real nas suas vidas. Assim, foi construído um “álbum” contendo recortes de situações familiares encontradas em revistas e jornais. Retratavam

momentos de alegria, comemorações, situações lúdicas, expressões de carinhos entre pais, mães e seus filhos. Incluímos fotos com avós e outros parentes. Incluímos fotos com outras pessoas que pudessem, eventualmente, fazer parte desse grupo. Colocamos uma foto em preto e branco trazendo uma “idéia” de família mais antiga. Foram colocadas representações familiares monoparentais em que se viam mães ou pais apenas, com seus/suas filhos/filhas. Incluímos uma foto de uma santa com duas crianças; a idéia da maternidade suprema. Pensamos que as fotos deveriam remeter as idéias e aos sentimentos em relação ao significado de família para elas. Essas fotos de famílias foram devidamente numeradas para facilitar a identificação das falas das participantes e colocadas em um caderno de desenho tamanho médio. As colaboradoras poderiam falar sobre cada foto ou sintetizar o que via. Esse “álbum”, ao ser apresentado às entrevistadas, tinha como orientação da pesquisadora o seguinte: “Eu vou lhe apresentar um álbum de fotografias de famílias em diversas situações e você vai me dizer o que vê, o que acha que vai acontecer, o que pensa; o que sente diante dessas fotos. Você pode falar a respeito de uma por uma ou falar de modo geral, resumindo o que quiser dizer”.

Outro instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada abordando questões trazidas pela apresentação do álbum. A pergunta disparadora da entrevista foi: “Como você ficou sabendo do abuso sexual”? Procuramos adequar todas as questões aos objetivos da pesquisa. Trata-se de um modelo de entrevista que se assemelha a uma conversa informal e que tem a vantagem de trazer, por essa informalidade, as questões relativas à subjetividade de cada participante. “(...) possibilita ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, sem respostas prefixadas” (MINAYO, 1999, p.108).

Esses instrumentos se completaram para a obtenção de informações relacionadas aos sentimentos experimentados por essas mulheres em relação às práticas incestuosas dos seus companheiros. A forma como pensavam a relação com o masculino e, ainda, a relação com a criança e o seu lugar dentro da constituição familiar.

4.4 Procedimentos de coleta de dados

Promovemos um encontro com a coordenação executiva da instituição para explicar os propósitos de nossa pesquisa. Os responsáveis pela instituição se encarregaram de contactar as mulheres que estavam com seus filhos/as em atendimento ou que já haviam passado por ele e consultá-las sobre a possibilidade de participarem da pesquisa. As entrevistas foram marcadas pela recepção, de acordo com a disponibilidade de horário das mulheres e da pesquisadora. Os encontros foram realizados no CENDHEC, na sala de atendimento psicológico.

O número de participantes do estudo não foi previamente definido. Ao final, entrevistamos cinco participantes, em dois encontros, o que nos propiciou um total de dez entrevistas. O número de participantes foi fechado quando se consideraram atingidos os objetivos da pesquisa. Vale salientar que a pesquisa foi aprovada pelos Comitês Científico e de Ética da UNICAP (Vide anexo).

A entrevista se iniciou com um “rapport” estabelecido entre a pesquisadora e a participante objetivando a abordagem do tema. Neste momento, a pesquisadora comunicou à participante que a entrevista seria gravada. Em seguida, apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Vide anexo). Após a leitura do TCLE, a pesquisadora perguntou se a participante havia compreendido, se desejava

mais alguma explicação e lhe pediu a assinatura do termo. Também foi solicitada a autorização para usar os dados obtidos com a finalidade de pesquisa e publicações científicas. As entrevistas foram realizadas individualmente, sendo garantido às participantes total sigilo sobre suas identidades. A partir de então, passamos a adotar nomes fictícios para as nossas colaboradoras. Elas se chamariam Amanda, Sofia, Vilma, Beatriz e Sílvia. Também as crianças e outras pessoas citadas nas entrevistas receberam pseudônimos. Foi assumido o compromisso de conceder uma entrevista devolutiva, na qual as mulheres/mães receberiam todas as informações que desejassem acerca dos resultados alcançados.

Compreendendo que os encontros realizados poderiam mobilizar conteúdos desestabilizadores de situações emocionais, como contra-partida à participação das colaboradoras, a pesquisadora colocou-se disponível a uma escuta de apoio, uma psicoterapia breve com tempo delimitado em três meses, perfazendo um total de doze sessões. Esse tempo delimitado é condizente com o que autores como Yoshida (1990) e Melo (1998) se referem como um tempo adequado em Psicoterapia Breve; um procedimento clínico relacionado às intervenções em situações de crise. Trata-se de uma psicoterapia primordialmente de apoio, com o objetivo de atender emergências psicológicas e, desse modo, amenizar as conseqüências decorrentes de situações traumáticas. Ocorreu então uma demanda ao referido atendimento, por parte de duas pessoas. Uma terceira participante já se encontrava em atendimento individual e duas outras participavam de grupos de apoio aos familiares na instituição onde as crianças foram atendidas. Esses atendimentos transcorreram no consultório psicológico da pesquisadora, após as conclusões das entrevistas da pesquisa.

4.5 Procedimento de análise dos dados

Por tratar-se de uma pesquisa de base qualitativa que tinha como intenção compreender as experiências vividas por essas mulheres, foi decidido que os dados seriam submetidos à Análise de Conteúdo. Este procedimento segundo Minayo (1999) possibilita a apreensão do ponto de vista dos sujeitos entrevistados a partir dos objetivos a serem pesquisados, compreendendo-se que:

(...) A vida cotidiana não se resume no aqui e agora. Ao contrário, é, sobretudo, fruto de um longo, conflitivo e complexo processo histórico e social. Portanto, para compreender as situações que ocorrem cotidianamente, é indispensável considerar que essas situações ocorrem em determinado ambiente (situações, espaços temporais específicos) e no bojo de certos campos de interação pessoal e institucional que, por sua vez, são mediados por modalidades técnicas de construção e transmissão de mensagens, cada vez mais complexas nos dias atuais. (FRANCO, 2005, p.30/31).

Refletimos minuciosamente sobre os dados obtidos dentro de contextos de vida singulares. Fez-se imprescindível uma atenção especial para compreender as especificidades de quem vive uma realidade diversa daquela vivida pela pesquisadora, que tem como objetivo compreender a vivência de outras pessoas com histórias distintas e, também, modos diversos de vivê-las. A partir destes cuidados, foram definidas quais seriam as nossas unidades de análise. “(...) desafio que não pode ser enfrentado sem que alguns problemas técnicos [fossem] esclarecidos” (FRANCO, 2005, p.37) Essa autora considera as unidades de análise divididas em Unidades de Registro e Unidades de Contexto. A Unidade de Registro é a menor parte do conteúdo cuja ocorrência é registrada de acordo com o levantado (FRANCO, 2005). Decidimos que nossa unidade de registro seriam “temas”. Um tema é uma asserção sobre determinado assunto. O nosso objetivo era compreender como essas mulheres vivem a conjugalidade e a parentalidade nas

situações de abuso sexual incestuosos. Verificamos ser de maior relevância, para a nossa pesquisa, dedicarmos uma atenção focal às questões direcionadas a esses temas. Passamos a olhar mais atentamente ao que elas diziam e expressavam no tangente às vivências de suas relações conjugais, o que pensavam sobre família, o lugar da criança em tais relações e a importância da parentalidade em suas vidas.

As Unidades de Contexto são o “pano de fundo” significativa às unidades de análise (FRANCO, 2005). Dizem respeito às contingências contextuais nas quais as asserções são realizadas e que vão lhes atribuir significados considerados na análise. Ficamos atentos às minúcias das falas das participantes, ao timbre da voz e à expressão corporal.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As mulheres colaboradoras falam o que pensam e sentem acerca de sua experiência. Separamos as narrativas por temas que consideramos relevantes aos nossos objetivos: A concepção de família, a vivência da conjugalidade e a experiência da parentalidade. Os temas geraram sub-temas que representaram as singularidades das experiências das mulheres. Algumas delas externaram, com maior ênfase, suas idéias e sentimentos em narrativas mais prolongadas. Outras foram mais sintéticas na expressão verbal dos seus sentimentos.

5.1 A concepção de família

5.1.1 As famílias idealizadas pelas mulheres/mães

Em geral, as pessoas tendem a idealizar a família e isto também ocorre nas famílias investigadas. Ao apresentarmos nosso “álbum de fotografias de famílias” para iniciar as entrevistas, uma das mães entrevistadas diz:

As gravuras aqui, a gente tá vendo, o que eu tô entendendo é que tem uma família. Famílias que estão felizes com seus filhos. Os pais e os filhos, a primeira figura demonstra muita felicidade do lado da criança e dos pais que estão com ela passeando (...) Uma família bem feliz, não é? Aqui tá falando; pai, mãe e filho vivendo bem feliz. A gente vê aqui, percebe que a felicidade tá no rosto, né? Nos lábios dele, através do sorriso (...) são umas crianças que vivem muito bem entre o pai e a mãe (AMANDA).

Essa idealização da família pode ser percebida em todas as mães entrevistadas. Na fala de Sofia:

Eu consigo ver famílias, não é? Unidas. Pais e filhos unidos, a mãe com a filha aqui brincando [se refere à foto nº 5]. Não consigo ver maldade nisso aqui. É muito difícil ver, não é? [sorri]. Famílias. Agora aqui nessa oito assim, aquela coisa que era formal. Aquela foto que era por obrigação, não é? [se refere à foto em preto e branco] não era foto, de retrato de felicidade. Era uma obrigação porque os pais mandavam fazer. Todos reunidos. [Suspira] É (SOFIA).

Essa família idealizada pode ser, também, mais ou menos estruturada e, assim, harmônica, como indica uma colaboradora:

Nessa aqui, essa primeira foto, me mostra assim, uma família mais ou menos estruturada. Me dá mais tranquilidade assim, através de uma família feliz. Não é numerosa, uma família normal; pai, mãe e filhos, mas aparentemente o que ela me passa é que tá tudo feliz, tá tudo bem (VILMA).

Beatriz, ao ver o álbum, reage com um silêncio inicialmente e depois, colocando a mão no peito, diz:

Isso aqui é algo que eu nunca vou ter (BEATRIZ).

Beatriz folheia o “álbum” e constata que as situações ali representativas de famílias correspondem ao que ela não viverá, porque se trata de situações de alegria, comemoração, algo que não deverá mais viver.

Sílvia diz:

Eu acho que saberia dizer algumas coisas e não consigo. Eu acho bonitas. São situações de família. Situações muito boas [Nesse momento, novamente silencia e começa a chorar de modo contido]. Acho que essa história de ter uma família mexe comigo. Por mais que a gente saiba que pode recomeçar (SÍLVIA).

São situações bonitas as que Sílvia observa no nosso “álbum” e que se referem a um ideal de vida que gostaria de viver e do qual evidencia uma falta. Mesmo sabendo que pode recomeçar a sua vida amorosa, Sílvia fala de uma ausência, de uma expectativa do que poderia ser a sua família que não existe mais. Um luto que se prolonga desde a sua separação e, de modo mais contundente, após a revelação do abuso sexual incestuoso, colocando, assim, a irreversibilidade da sua constituição familiar.

Nas famílias atingidas por situações de abuso sexual incestuoso há uma quebra na idealização da família. A revelação do segredo traz a constatação da inexistência da família ideal:

(...) Ela chegou pra mim e disse: “mainha, painho tá mexendo com meu pipiu”; “ele tá colocando o dedinho no meu pipiu”. Eu fiquei (pausa) ainda cheguei a duvidar dela, “não, isso não é verdade, painho não faz isso com você não!” Ela disse: “ele faz, ele faz isso mainha, comigo”. Aí teve um dia que eu percebi que o pipiu dela tava inchado, aí foi quando eu (pausa) foi quando eu fui ter a certeza de que realmente ele estava mexendo com ela, né? E ela confirmou na inocência que era ele que tava mexendo com ela. Colocando o dedo no pipiu dela (pausa) era isso que ela sempre falava, é criança né? Não sabe assim falar a expressão né? “Ele tá botando o dedo no meu pipiu” (AMANDA).

Amanda afirma ter sido pega de surpresa com a revelação da criança. A despeito disso, ela necessitou de outras evidências para ter a certeza de que o abuso sexual incestuoso ocorrera. A negação inicial em acreditar pode ser uma forma de se defender psiquicamente e, desse modo, buscar os recursos adaptativos à nova situação.

A revelação da violência sexual contra crianças e adolescentes nem sempre é vista como verdadeira por aqueles que os ouvem. Para alguns, a criança pode fantasiar tais situações e, desse modo, distorcer a realidade afetiva de relação com o adulto. Assim, se retarda o momento da denúncia, o que dificulta a produção de provas materiais exigidas nos processos de responsabilização do agressor. Essas provas se referem aos vestígios corporais que desaparecem após alguns dias transcorridos do abuso sexual. Nas ocorrências de estupro esses sinais ficam evidentes e mesmo em contatos físicos com manipulação na área genital. Esse tempo de que necessita uma pessoa para “assimilar” a ocorrência do abuso sexual é determinante para um maior ou menor êxito nos processos jurídicos. Portanto, muitos prejuízos são trazidos à vítima e aos seus familiares (PRADO, 2004; PIZÁ,

2004; BARBOSA, 2004; RANGEL, 2001). Além do período de inércia para assimilação da informação do abuso sexual incestuoso, outras questões colocadas historicamente nas relações com as crianças interferem para que se acredite na fala da criança. Rangel (2001, p. 43) afirma que:

A vergonha que permeia a interdição do incesto e que possui um grande poder castrador de expressões, bem como as dificuldades quanto à compreensão da maioria dos atos sexuais, tornavam esse tipo de violência ausente dos estudos e estatísticas históricas até bem pouco tempo atrás.

A autora traz uma outra questão importante no tocante ao fato de que não só a fragilidade das evidências físicas do abuso sexual, mas, também, a vergonha pela situação vivida no seio da família pode retardar uma “aceitação” e o entendimento de ocorrência do abuso sexual incestuoso. Essas questões vêm sendo mudadas gradualmente e há pouco tempo, especialmente após a promulgação do ECA (1990) e, com ele, um complexo sistema de garantia de direitos da Criança e do Adolescente, do qual deve fazer parte os órgãos com a competência ao atendimento a crianças e adolescentes, existentes na área governamental e da sociedade civil. Entretanto, quando há uma maior demora no crédito à palavra da criança, que é o que ocorre em alguns casos, as conseqüências podem ser devastadoras. Uma vez que, entre os problemas psicológicos que advêm de tal experiência, pode ocorrer o que afirmam Nogueira e Sá (2004, p. 49):

Se levarmos em conta que muitas vezes o pensamento apresentado pela criança ainda se situa em um registro mágico e de onipotência, ela acaba acreditando que, em vez de ter sido seduzida, foi ela quem cometeu a sedução, causando para si tal tipo de violência.

Vale ressaltar que essa afirmação das autoras é compartilhada por estudiosos sobre violência contra criança e adolescente, entre eles, Pizá (2004), Barbosa (2004), Furniss (1993), Gabel (1997).

Nos relatos das colaboradoras, observamos que o tipo de abuso sexual incestuoso ocorreu através de atos libidinosos com contato físico envolvendo manipulação e sexo oral.

(...) Um dia, ela chegou em casa e disse que o pai dela fez ela botar a boca na “sementinha do amor dele” (frase dita pelo pai). Antes disso, ele contou toda uma história pra ela fazer isso. Ele disse a ela que se ela botasse a boca ali (no pênis) ia sair uma sementinha do amor. Que essa semente ia fazer ela viver eternamente, que ela não ia morrer mais. Aí ela disse: “mamãe, painho fez isso e eu fiquei com nojo” (SOFIA).

Para algumas crianças, os abusos são percebidos como algo “nojento” e difícil de entender. No jogo de sedução desses adultos, a introdução à relação abusiva com a criança é feita com palavras e estórias contadas por eles. Esperam os agressores que as suas vítimas tenham uma idéia de ganhos com a realização do ato. Os agressores colocam as crianças em lugares que não são os seus. Erotizam a relação pai e filho/a e, desse modo, geram confusões no processo de subjetivação das crianças que passam a apresentar sintomas indicativos do sofrimento psicológico. São as conseqüências decorrentes do abuso sexual incestuoso trazidas de formas tão diversas quanto são os danos que essas crianças levam por toda a sua vida. (PRADO, 2004; RANGEL, 2001; PIZÀ, 2004; FURNISS, 1993).

Ocorre também, e com freqüência, a intimidação à criança através de ameaças à mãe ou a outra pessoa do seu afeto:

(...) Quando eu soube, foi perto do aniversário dela de 4 anos. Pelo menos, foi quando eu soube. (...) Ela falou para uma vizinha minha. Ela disse pra minha vizinha que o pai tinha colocado o dedo no bumbum, no pipiu. A avó viu e reclamou com o pai dela. Ela me disse: “ele disse que ia matar tu, vovó e vovô. (...)” As minhas vizinhas (idades de 15 e 13 anos), um dia em que a criança estava na casa delas, perguntaram: “O que é isso titia, por que você tá fazendo isso?” (pergunta feita diante da manipulação genital realizada pela criança), “porque eu quero”(resposta da criança). “Mas quem foi que lhe ensinou isso?” (vizinhas perguntam) e criança responde: “foi o meu pai”. Fala a mãe: As meninas me ligaram na

mesma hora. Elas me pediram pra eu ir lá, na casa delas. Aí eu disse: “Eu tô fazendo o almoço.” Aí ela disse: “menina, você tem que vir agora”. Quando eu cheguei lá, já encontrei ela no quarto das meninas. Elas me deixaram conversar com ela. Eu comecei a conversar. Ela me disse que não podia falar que ela tinha medo. Falei que ela podia confiar em mim. Ela repetiu a história (VILMA).

Essas relações abusivas incestuosas se evidenciam através de condutas de pais com suas crianças “escolhidas” para serem as suas vítimas, através de expressões de carinho “especial” maior que o dispensado aos outros filhos. Para alguns autores, essas escolhas levam em consideração as necessidades das crianças, a faixa de idade mais propícia a facilitar um controle da situação e a manutenção do segredo entre pais e filhos/as. Os agressores dão às crianças “escolhidas”, uma consideração sobre o que elas são e não são, distorcendo a idéia dessas crianças, em relação aos seus lugares nas relações com os pais. São crianças que acreditam, a partir do abuso sexual incestuoso e por causa dele, poderem ter um domínio no espaço doméstico ou obter ganhos dos pais incestuosos. Esses estabelecem com os/as filhos/as uma relação de jogo de sedução e intimidação, através do qual controlam e obtêm o prazer desejado (BANCHS, 1995; LAMOUR, 1997).

(...) Ele tinha uma preferência por ela, um carinho maior (...) Aí, eu vi ele trocando ela durante a noite. Fiquei em dúvida se ele tava trocando ela ou abusando dela. Uma vez, eu vi ele com a bermuda abaixada e pênis ereto perto dela. Eu perguntei: O que é isso? Ele foi pro outro quarto e se cobriu. Disse que ela tirou a bermuda dele e aí eu disse: “ não pode ser, ela não tem força pra isso (...)”. Teve uma vez que ele levou os filhos pra casa da mãe dele e quando eu cheguei lá, botei uma desculpa de que tinha que levar ela pro médico. Ele tinha ido dormir com ela no quarto da mãe dele que tava trabalhando e não ia dormir em casa naquela noite. Ele disse ao pai dele pra dormir com as outras netas no outro quarto e ficou com a criança no quarto dele. Minha filha (irmã mais velha da criança) disse assim: “Mainha, ela chorou de noite”. Ele não queria deixar a menina vir embora e dizia: “Eu não posso nem brincar com a minha filha”?

(...) Eu tinha que trabalhar e pedi à minha filha que não deixasse ele ficar com Bia (criança). Mas tinha vez que não dava e também, eu vi que não podia exigir muito dela (filha mais velha) porque ela só tinha 8 anos. Aí, eu deixei Bia com o pai. Vi que minha filha não queria ficar com ele e mostrava assaduras. Um dia, uma amiga ficou com Isis (filha mais velha) e Bia e a minha amiga depois, pediu pra eu ir na casa dela e ouvir uma história que a minha filha estava contando. Era assim: “papai quiquito minha, dodói” (BEATRIZ).

Essa mulher fala de uma criança ainda sem o domínio da linguagem. Apesar das evidências, expressa uma dificuldade em ver o que estava acontecendo. A mãe, não queria ou não podia ver e com essa conduta realiza “um pacto de silêncio e permissão” com o agressor. Com a atitude que parece ser de complacência, essa mãe poderá vir a ser responsabilizada criminalmente como conivente, de acordo com a legislação vigente que requer a denúncia imediata com o objetivo de responsabilizar juridicamente o agressor (PEREIRA, 2004; BARBOSA, 2003; CENDHEC, 2002). Trata-se de uma negligência em relação à criança, colocando-a em exposição à situação de violência que nesse caso, é psicológica e sexual, e desse modo, essa mãe está falhando em sua função parental no que se refere à prática que inclui os cuidados com a integridade física e psicológica de uma criança (SOLIS-PONTON, 2004).

A negação é um estado defensivo, inicialmente necessário, para que o ego ainda imaturo ou fragilizado diante de uma situação nova “acomode-se à nova realidade referente a uma situação difícil e dolorosa”. Talvez Beatriz precisasse desse tempo para reconhecer o abuso sexual incestuoso. Para a criança isso representou um tempo maior de angústia e medo, sofrimento e solidão na relação com um pai violento, ocupando um lugar no qual não era reconhecida como sujeito. Nesse tipo de relação, o agressor tem uma impressão de controle, anulando qualquer possibilidade de reação da criança. No entanto, essa criança conseguia expressar em atitudes e sintomas físicos e, posteriormente na fala, todo o drama

vivenciado, suscitando, inclusive, a impressão de tratar-se de um abuso sexual incestuoso recorrente. Esse tipo de abuso é referido por Rangel (2001), Pizá (2004) e Lamour (1997), entre outros autores, como a situação em que a violência se repete durante um tempo, até a revelação.

Em outras relações abusivas incestuosas, o pai, no seu jogo de sedução, tenta colocar para a criança a existência de algo de especial entre eles. No caso do filho, enfatiza a importância de serem do mesmo sexo e, desse modo, a necessidade de deixar a mãe fora dessa relação para que possam usufruir de “segredos” preponderantemente masculinos:

(...) Uma noite que ele veio da casa do pai, não no domingo, na segunda-feira, que ele já tinha vindo com aquele mau-humor todo e já tava mais sossegado, o telefone tocou, era o pai. Aí, ele começou a rir, rir bastante (tosse) e ele disse: “o meu pai gosta de brincar comigo” (imita a criança sussurrando). Mas eu nunca procurei saber que brincadeira era essa. (Refere-se ao fato de que a criança já havia dito que o pai brincava com ele de uma brincadeira só deles.) Nesse dia, ele ria tanto no telefone que eu comecei a ficar incomodada: “o que foi que houve menino que tu tá rindo tanto?” e ele disse: “é porque o meu pai conversou muito comigo”. E eu disse: O que foi que ele conversou contigo que tu riu tanto? Ele contou alguma piada foi? Aí ele botou pra rir também (pigarro). Criança: “Eu gosto de brincar com meu pai porque ele faz uma brincadeira.” Aí, eu: E que brincadeira é essa? “umas brincadeiras aí que ele faz comigo.” Aí eu disse: “Ah, já sei: Cosquinhas nos pés. Eu vou fazer também. Aí ele disse: “não”. Mãe: “Na barriga.” Ele: “também não.” Aí eu disse: “Onde ele faz cosquinha?” A cosquinha, a palavra, quem falou fui eu (mãe explicando). Criança responde: Ele fez: “na minha pitoca.” E eu disse: “Cosquinha na pitoca?” Até aí eu não tava (pausa), Aí eu disse: “como cosquinha na pitoca? Eu nunca vi.” Aí ele falou: “É porque ele bota a boca e me baba todo. Aí, ele chupa bem muito” (SÍLVIA).

Sílvia descobriu o abuso sexual incestuoso através de uma conversa com o filho. Percebeu algo errado, pois a criança sempre voltava da casa do pai mal-humorada. Ela demonstrou habilidade para conduzir uma conversa e obter as respostas de que precisava e compreender o que ocorria com o filho. Constatou o abuso sexual incestuoso na revelação de uma “brincadeira” do pai, algo só deles.

Para Prado (2004), o segredo da revelação precisa ser trazido por uma pessoa que tenha com a criança uma relação de confiança ou alguém com qualificação profissional que possibilite identificar sintomas e evidências em um processo de avaliação psicológica. Assim, podemos considerar que na relação familiar saber da ocorrência de um abuso sexual incestuoso requer cautela e confiança da criança em relação ao adulto. Observamos também que a forma como o pai dessa criança encontrou para cometer o abuso sexual foi estabelecendo um pacto de “brincadeira”. É um meio utilizado por agressores que tentam manter com a criança um ambiente de “normalidade”, distorcendo uma vivência afetiva entre pai e filho/a (PIZÁ, 2004; BARBOSA, 2004). Silvia conseguiu desvendar a relação de segredo. Tomou ciência da situação abusiva, posteriormente evidenciada como recorrente. Outro aspecto sombrio dessas relações abusivas é que elas ocorrem com bastante freqüência, de forma recorrente (RANGEL, 2001).

5.1.2 Sentimentos que refletem a dor vivida pelas mulheres/mães, diante da revelação do abuso sexual incestuoso

Os sentimentos oriundos de tais revelações expressam uma dor comum a todas essas mulheres e externadas de modos diversos. A idéia de ter um companheiro e uma família se dilui diante das falas das crianças a respeito das relações vividas com os pais. Essas mulheres expressam sentimentos distintos. Para Beatriz, pode ser de tristeza.

(...) Eu sinto tristeza. Assim, de ver aqui, porque eu não tenho a minha família reunida assim. A minha vida toda assim, eu quis formar uma assim. Sei lá, eu sinto assim, como assim, eu não sei nem demonstrar às vezes. Ontem mesmo eu vim no ônibus e tinha um casal com dois filhinhos brincando, rindo, quer dizer, eu sinto um aperto. Eu olhava e achava bonito, não é? E eu tirava a minha vista porque eu não tenho isso, não é? E foi uma coisa assim que eu sonhei pra minha vida porque eu sou muito dedicada aos meus

filhos, à minha família e me incomoda ver assim essas fotos, porque é assim; pai, mãe, assim, família, não é? Eu fico triste, não é? Porque se a gente tivesse se separado, mas os meus filhos iam ter ligação com ele, uma ligação com o pai, com a família do pai e não assim, os meus filhos só comigo. (BEATRIZ).

A separação de um casal, para Beatriz, poderia ocorrer hipoteticamente em um casamento. No entanto, a relação dos filhos com o pai era esperada como uma relação perpétua. Advém o sentimento de tristeza pelos filhos não poderem viver a relação a que teriam direito. Essa é também a sua tristeza; não ter mais a família. O ECA, no artigo 130, reza que o agressor deve ser afastado da casa e da criança de quem abusou sexualmente, devido à necessidade de se preservar essas crianças/adolescentes dos constrangimentos e intimidações provocados pela presença do agressor. Estudiosos consideram essa uma medida evidentemente necessária, a fim de que se evitem danos psicológicos maiores que podem decorrer com a existência desses contatos. Referem-se esses autores a uma possível revitimização, denominação dada às situações vividas por crianças/adolescentes que foram novamente abusadas ou tiveram a ativação de lembranças danosas ao equilíbrio psicológico, e, assim, muito difícil de superar (PIZÁ, 2004; RANGEL, 2001; CRAMI*, 2002; FURNISS, 1993; PRADO, 2004).

Outros sentimentos são observados nos discursos das mulheres colaboradoras, como o de dor:

(...) Muitas vezes, no meu pensamento, eu pensava que isso acontecia lá fora, não dentro de famílias. O meu pensamento é que acontecia com pessoas estranhas, não é? Assim, um vizinho... Um, um, uma pessoa assim da família, mas não o pai. Um tio, um avô, mas nunca o próprio pai da criança (AMANDA).

No entendimento de Amanda, o abuso sexual contra a criança é inesperado, especialmente se o adulto em questão for o pai da criança, considerado uma pessoa

* CRAMI – Centro Regional de Atendimento aos Maus-tratos na Infância, ONG localizada em Campinas, Estado de São Paulo

especial. Segundo ela, pode ocorrer violência de adultos contra crianças no espaço extrafamiliar, com pessoas desconhecidas. No entanto, no ambiente doméstico, muito dificilmente se espera que tais situações aconteçam uma vez que a família é compreendida como um lugar no qual a criança possa se sentir segura. Desse modo, para essa mulher, constatar que o pai, “o próprio pai” poderia se constituir no agressor sexual, era algo inimaginável. No entanto, embora ocorra a essa mulher um estranhamento pelo fato de ser o pai biológico o agressor de sua filha, estudos e práticas de profissionais dão como referência que a maior incidência de abuso sexual incestuoso, tem o pai biológico como o maior agressor (PIZÁ, 2004; BARBOSA, 2004; CRAMI, 2002; CENDHEC, 2002; PRADO, 2004).

Existe, em algumas mulheres, a constatação da perda do pai vivida por seu/sua filho/a. Isso pode ser a pior coisa que pode acontecer:

Assim o fato... O pior fato é ter que lidar com a ausência dele pra ela, mesmo sabendo que ele tinha errado que ele fez uma coisa feia, ela quer ver o pai. (...) Aquele pai que ela tinha não existe mais. Eu acho que isso aí é a pior coisa do mundo (SOFIA).

Trata-se de uma situação tão inesperada que não podia se pensar na possibilidade de sua ocorrência. Às vezes, a palavra falta para expressar o sentimento:

(...) Pra mim, o impossível ele fez, que era o ato do abuso não é? ... Pra mim, no meu conceito, o ato do abuso é muito pior. Porque assim, um pai fazer isso, eu não tenho realmente palavras (BEATRIZ).

Para outra participante, foi uma surpresa, uma constatação do impossível que precisa ser compreendido:

(...) Pensei: meu Deus, o que foi isso? (VILMA).

Diante de uma situação impactante, tendemos muitas vezes a não compreender imediatamente o ocorrido, tão grande é a intensidade da vivência. Vilma precisava se perguntar, questionando a Deus, uma explicação para algo incompreensível, intolerável.

Averigüamos a presença de uma perplexidade com a revelação e o sentimento de angústia expresso, inclusive, no que não é dizível verbalmente. O que acontece para essas mulheres é algo inimaginável dentro da sua casa, nas relações vividas pelas crianças com os seus pais (PRADO, 2004). Desse modo, outros sentimentos podem expressar a complexidade de tal experiência.

Pode ser um sentimento de preocupação/medo:

(...) eu ainda fiquei com medo, eu fiz: "Meu Deus é o próprio pai!" E se não foi ele? Se foi alguma coisa? E aí, o que eu vou fazer? Será que eu vou ser processada? (...) porque o caso é sério, quando a gente leva pra Delegacia não é fácil, né?(AMANDA).

Essa mulher pensou e talvez tivesse desejado que a revelação de sua filha pudesse se tratar de algum problema físico, algo não cuidado devidamente, porque suspeitar que o pai fosse o agressor sexual era difícil de aceitar. O procedimento, inicialmente policial, que ocorre em âmbito da Delegacia, envolve depoimentos da vítima, do acusado e das testemunhas. Além dessas situações, ocorrem os exames em busca das provas materiais (exame de IML – Instituto de Medicina Legal) denominando-se esse período de fase de Inquérito e só depois que se encontram evidências, procede-se à denúncia ao Ministério Público. Trata-se de um período desgastante emocionalmente a quem precisa da justiça. Amanda expressa a angústia na ocasião em que houve a revelação do abuso. É nessa fase de inquérito policial que o abuso sexual falado a estranhos é colocado à sociedade. Ocorrem sentimentos de vergonha, culpa e medo (VELÁZQUEZ, 2006; BANCHS, 1995).

Para uma colaboradora, o medo é um sentimento que ela não sabe exatamente de onde vem:

(...) eu fico morrendo de medo, minha filha (...), ela é linda... Então... Eu tenho, eu morro de medo mesmo. (SOFIA).

Para outra mulher pode representar algo tão grande, diante do qual se sente impotente:

(...) Ele foi um monstro... Eu tenho medo mesmo. A palavra é essa. (...) Eu tinha medo do que ele ainda podia fazer, de maltratar, de torturar, de fazer mal porque eu tinha descoberto. Eu tinha pavor dele (SÍLVIA).

Sofia refere-se a um medo que não sabe exatamente de onde vem, mas que existe. Parece relacionar a beleza da criança com o abuso. Pensa muito provavelmente que outras situações abusivas podem ser vividas.

O medo também pode ser especificamente do agressor, de um poder que a mulher/mãe imagina existir no pai incestuoso, conforme a expressão de Sílvia.

Muitas vezes nomeamos pessoas por suas atitudes referindo-nos a comparações com animais que no nosso imaginário se representam de forma positiva ou negativa. No discurso de Sílvia, o pai incestuoso é tão assustador que assume o tamanho e força de um monstro. Essa mulher relata um medo imensurável da reação de seu ex-marido. Confere-lhe um poder de controlar, torturar, fazer-lhe mal. É um discurso encontrado nos estudos teóricos acerca de situações de abuso sexual intrafamiliar e, especificamente, abuso sexual incestuoso. Muitas vezes, esse medo do pai incestuoso conduz a uma situação de prolongado silêncio, levando algumas mulheres/mães a nada falar. No imaginário de tais mulheres, talvez ocorra uma “lembrança” de constituição de modelos relacionadas à intimidação e à opressão das representações masculinas diante das quais se sentem fragilizadas

(TELES, 1993; ALAMBERT, 1997). Esse parece ser o discurso de Sílvia. Para outra participante, o medo parece ter uma outra origem:

Ela vê as tias. Me incomoda que, às vezes, elas falam do pai dela. Querem fazer da imagem do pai, algo que ele não é. Ela (a criança) lembra do que houve (riso) e o medo que tenho hoje é que ela diga: meu pai foi preso por sua causa. Eu não me arrependo de nada. (VILMA).

Essa mulher fala de medo e sorri. Esse sorriso parece estranho e não condizente com a situação. No entanto, pode-se sorrir para apresentar uma impressão de que está tudo bem quando temos medo, uma insegurança, talvez. Uma dissociação do sentimento que pode indicar evidências de respostas afetivas inadequadas a uma experiência da qual se quer falar. Além de acompanhar o processo que busca a responsabilização do pai/agressor, essa mulher necessita lidar com um medo relacionado ao fato de que deverá envolver-se com o sentimento pré-suposto de que a criança a responsabilizará pelo encarceramento do pai. Ocorre a existência freqüente de processos nos quais as questões do abuso sexual incestuoso são colocadas em audiências de forma a levar os denunciante a duvidarem da ocorrência do mesmo e ter o sentimento de que estão sendo responsáveis pela penalização do agressor conforme afirmam Rangel (2001), Amaro (2003), entre outros estudiosos sobre o tema.

Para outra participante, o medo pode ser persecutório:

(...) Eu achava que ele ia arrombar o telhado e ia entrar (o ex-marido) na minha casa. Eu achava assim que ele ia arrombar a porta. Eu não conseguia dormir porque eu achava que eu ia pegar num sono tão profundo que ele ia entrar, ia fazer, ia pegar minha filha e praticar coisas piores. Porque já que ele não fez o início, eu achava que ele poderia terminar o que ele começou, não é? Então era assim, todas essas coisas vinham na minha cabeça (BEATRIZ).

Terminar o que iniciara, ou seja, uma relação sexual genital, pois o pai incestuoso manteve com a criança contatos físicos libidinosos. Esse pavor fazia com que Beatriz não conseguisse dormir e nem se sentisse segura dentro de casa.

Ocorre a existência de conflitos com a denúncia:

(...) Criar uma filha sem pai é muito difícil porque eu sou o pai e a mãe pra ela e a responsabilidade pra mim é muito grande pra criar uma criança sem pai (AMANDA).

(...) Então pra mim é difícil assim... Eu ser um exemplo pra ela... Masculino! (...) Tá entendendo? É e, pra mim, o mais difícil nessa parte é isso aí e as respostas que eu sei que pra mim é... Na minha cabeça ele é um exemplo de pai e pra ela também, eu sei que ele é um doente, eu sou consciente disso... Que ela não pode tá perto dele, não quero ele... Se pudesse um dia pegar uma borracha e apagar tudo, entendeu? Aí era outra coisa (SOFIA).

Torna-se necessário compreender e dar novos significados às idéias que anteriormente norteavam os sentimentos dessas pessoas. Assim, os lugares passam a ser diferentes dos existentes anteriormente e atende-se, nessas mudanças, às necessidades emergentes. Essas mulheres em situação de vulnerabilidade social procuram a família de origem como o primeiro lugar de apoio.

Quem paga a nossa casa é a minha família pela misericórdia de Deus assim, toca no coração da minha família e minha família é que paga a casa pra gente, paga alimentação, água, luz essas coisas assim pra gente sobreviver. Porque, se não fosse primeiramente Deus, segundo, a minha família que tem me ajudado hoje eu não sei se eu e Ana estaríamos aqui, né? (AMANDA)

Minha tia vai me dar uma casa agora, graças a Deus. Ela prometeu, ela recebeu uma indenização, ela disse: “quando eu receber a primeira coisa que eu vou fazer é lhe dar uma casa” (SOFIA).

Tive apoio de minha família... Vivo com ela hoje (a mãe, a irmã, o pai que na ocasião vivia com eles, e depois, separou-se da mãe dela) (VILMA).

Para Amanda, receber ajuda da família é um ato de misericórdia divina que toca o coração dos seus familiares. Também Sofia teve um aceno da tia para ajudá-la e se sentiu mais reconfortada em sua dor. Vilma também relata a existência de um apoio da família constituído desde a revelação do abuso sexual incestuoso. São situações de mudanças contundentes onde questões básicas de sobrevivência

passam a ser colocadas na dura realidade dessas mulheres. Situações, muitas vezes, impensáveis em suas realidades até o momento da revelação.

Também pode significar a necessidade de ter nesse lugar o acolhimento afetivo às suas dores, mas nem sempre conseguem encontrar:

(...) Minha família não quis me apoiar, minha família ficou tudo assim: “Será que isso é verdade mesmo? Será que seu esposo fez isso?”, porque minha família fica na dúvida sem saber, porque é o próprio pai, fica muito assustada (AMANDA).

(...) Até hoje, ela (a avó paterna) diz que eu queria arrumar um motivo para afastar a menina deles (VILMA).

Para Silvia, voltar a ter a sua própria casa foi uma providência tomada de imediato. O caminho de saída da casa dos pais foi um processo irrevogável. Não era mais a sua casa e, portanto, não era um bom lugar para viver com o filho.

Aí eu fiquei com os meus pais, dei uma organizada na casa onde eu morava e eu preferi voltar pra casa. [Pesquisadora: Pra sua casa.] Pra minha casa. Era na mesma rua e eu disse: eu quero voltar pra casa. Pra ter a oportunidade de reestruturar a minha vida (tosse). Meu pai também é uma pessoa muito difícil e, então, achei que não era interessante ficar pra morar (SÍLVIA).

Em outros lugares, é difícil encontrar apoio quer seja de ordem material, quer seja de ordem emocional. São momentos de desamparo e de desespero:

A igreja não acreditou, achou que era mentira minha, achou que eu era doida, que eu era maluca, que era ciúme, que eu tava com ciúme do meu marido com minha filha e achava que eu era uma mulher ciumenta e aquilo não tinha acontecido porque ele era um homem evangélico, ele trabalhava na frente da igreja numa obra e jamais um homem evangélico ia ter a capacidade de fazer isso com a própria filha (AMANDA).

A igreja era o lugar onde Amanda professava a sua fé, mas nela não acreditou. Colocou-a como uma mulher ciumenta. O agressor era um homem “acima de qualquer suspeita” porque trabalhava na igreja e, sendo da comunidade evangélica, não poderia ter feito tal coisa. Era mais fácil para essa igreja, considerar a mulher mentirosa. Para algumas instituições religiosas, assumir que no seu espaço comunitário ocorram situações de abuso sexual pode significar a aceitação

de que seus membros são tão parecidos com outros não pertencentes à comunidade, ou seja, passíveis de cometer delitos coincidentes. Para esses grupos, o outro é aquele que representa o que é estranho a nós e não faz parte do grupo. Amanda passou a ser o “outro” para a comunidade religiosa sendo excluída do grupo.

Para outra participante, a realidade de não ser acreditada na sua verdade, traz um desalento:

Pra variar ninguém acreditou. É o que acontece na maioria desses casos. Nem a irmã (do marido) que é advogada e que já tinha sido agredida fisicamente (pelo irmão, pai da criança), não acreditou (VILMA).

A palavra da criança ainda é insuficiente para provas que levam à denúncia embora exista uma tendência a mudanças em alguns depoimentos. Infelizmente, na maioria dos casos, a punição dependerá da sensibilidade dos profissionais que trabalham nas Delegacias e Juizados em acreditar na palavra da vítima. Essa mãe sente um desalento originado na ausência de credibilidade na fala da criança. Para Vilma, representou ter que lutar para que a verdade de sua filha fosse evidenciada.

A idéia de família idealizada acabou e essas mulheres lidam com a necessidade de provar a outras pessoas que efetivamente, na sua família, o drama do incesto contra suas crianças aconteceu. Portanto, o desejo de viverem algo condizente com o que sonhavam viver não existe mais. É difícil para alguém precisar provar o que afirma em relação ao término do próprio sonho. Sentimentos misturados, conflitantes. O desejo de viver o que consideram uma vida “normal” não realizado, a família que pensavam ter inexistiu. Restam-lhes os pedaços de um tempo vivido ou que supunham viver.

5.2 Conjugalidade

5.2.1 Pensando a conjugalidade em mulheres cujos companheiros praticaram o abuso sexual incestuoso

A situação da mulher através da história e de como ela vem se relacionando com o homem, torna-se mais complexa e enfrenta novos desafios quando se referem às situações de conjugalidade e parentalidade que envolvem o abuso sexual incestuoso. Nessas relações, objeto de nosso estudo, percebe-se que o ideal de amor romântico perseguido pelas mulheres choca-se com uma funesta e cruel realidade. Uma experiência de muito sofrimento é expressa pungentemente nas falas dessas mulheres. São histórias que expõem a quebra de um segredo familiar, revelando as mazelas da relação de conjugalidade. Embora com o cerne comum, essas experiências são singulares nas suas formas de se apresentar nas vidas de quem sofre a experiência do abuso sexual incestuoso. Histórias que evidenciam as expressões de uma dor que se inscreve na alma.

A incredulidade e a perplexidade das mulheres ao relatar o fato representam o quanto se sentem impactadas. Necessitam, destarte, de um tempo para a compreensão da situação vivida. Ocorrem como possibilidades comuns: o desespero; a angústia; a tristeza ou, mesmo, a negação. Não há uma ordenação no tempo para a fala ou para o silêncio: a alma é flexível, múltipla. Há a dor sentida no corpo que fala, com uma voz alquebrada ou, como disse uma das mulheres/mãe; “parece que a gente vai cair”. Essas mulheres falam de uma vida em comum e tentam compreender as experiências vividas.

(...) Nós vivia muito bem, a gente passeava, a gente ia pra restaurante, a gente almoçava fora, a gente jantava fora, a gente vivia no parque, a gente ia à praia, a gente ia pra clube, a gente ia pras piscinas, a gente ficava assim aquela família unida, né? Sempre com aquele amor ele comigo, com ela tudinho e chegou um certo tempo que aconteceu isso tudo... ficou difícil pra eu acreditar que tinha sido isso com ele, que tinha sido ele, por isso eu passei quase quinze dias pra pensar se realmente tinha sido ele mesmo, se realmente ela tava falando a verdade ou não, porque a gente não conhece, nós que somos mãe a gente não sabe como é que nossos filhos... quando é que nossos filhos falam é... verdade ou mentira (AMANDA).

Amanda demonstra a dificuldade em “acreditar” no que estava acontecendo: como era possível que o homem com quem ela havia se casado, o homem a quem amava, pai de sua filha, fosse capaz de tal gesto. A filha estaria falando a verdade? Não se trata propriamente de uma dúvida, mas da imensa dificuldade de enfrentar a situação. Para Sofia, a revelação do abuso trouxe, além do sofrimento pelo próprio ato, outras conseqüências:

(...) O pai assim... Deixou de assumir as coisas comigo, eu tive que voltar pra casa dos meus pais porque ele deixou de pagar pensão pra mim, então, foi uma situação muito difícil, assim, meu pai briga por nada. Pra mim é mais difícil lidar com o meu pai do que com a questão do abuso sexual. Porque ela tá vendo essa discussão. Ela tá vendo eu perder a cabeça porque eu acho que nenhum ser humano agüenta, todos os dias, o que eu tenho passado. Porque eu tenho um exemplo pra ela masculino assim. Pra mim, é o mais difícil e também, as respostas não é? Saber que ele não era um exemplo de pai e ela também saber. (SOFIA).

A fala dessa mãe revela que a conjugalidade vivida antes do abuso incestuoso, era permeada de conflitos que originaram a separação, mas em sua compreensão, o relacionamento com o ex-companheiro após o rompimento era cordial. Ela não via razões para que ele tivesse agido desta forma, não conseguia entender. Em função disto, especula: quais razões poderiam haver? Será que ela (mãe) tem alguma responsabilidade em tudo isto? Tenta, então, procurar “explicações”, motivos esclarecedores para a situação vivida.

(...) Ele saiu de casa porque ele quis e eu não quis mais que ele voltasse porque ele me agredia, vinha pra cima de mim e eu agredia também, era aquela discussão e então, não havia mais respeito, não tinha porque continuar. Pra mim, eu achava melhor eu sofrer aquele pedaço porque não tinha mais jeito, a gente já tinha se separado uma vez e foi dada uma oportunidade e não deu certo novamente e, então, não ia dar de novo. (SOFIA).

Na fala de Sofia, as especulações sobre os motivos que levaram à separação do casal. Encontramos situações de violência na relação conjugal. No entanto, Sofia tenta explicar que mesmo havendo todas as divergências, tensões e confrontos, o companheiro saiu porque era sua vontade, e não porque ela mandou. Parece que essa mulher tenta compreender se haveria uma hipotética existência de alguma situação anterior “anormal” não percebida. Tenta, para si mesma, encontrar explicações para o que aconteceu.

(...) eu não sei se ele tinha raiva dessa minha maneira de agir, de eu não me meter na vida dele. Porque... Enquanto ele tava dentro de casa eu reclamava se ele chegasse bêbado, se ele chegasse dois dias depois eu reclamava e depois que ele saiu acabou para mim. Acabou mesmo, eu não perguntava nem pela unha do pé dele. Acabou, eu disse: “agora eu vou me livrar e não quero mais. É só Ana Paula”. Aí eu não sei se a raiva dele é essa pelo fato de eu não bater boca, não ir atrás da vida dele, não me preocupar com o que ele tava fazendo o que ele tava deixando de fazer... Oxe, eu... eu também não quero ficar nem contra ele (SOFIA).

Sofia busca o entendimento acerca dos sentimentos do ex-marido com a separação e, talvez se sinta culpada por deixar que a filha convivesse com alguém que tinha atitudes tão agressivas com ela (mãe). Revela também que a sua indiferença com o pai da criança era ponto em questão entre os dois e foi um fato bastante explorado pelo pai da criança. Em sua fala, Sofia conta o dito à criança ao praticar o incesto:

(...) Porque eu não queria, eu não ficava com ele, que ele só fazia aquilo com ela porque mamãe não era mais namorada dele, não é? (SOFIA).

Para outra participante, essa relação conjugal se realizou com um tempo de convívio considerado curto por ela e foi permeado de condutas agressivas.

(...) Na realidade, passamos apenas vinte dias depois que ela (a criança) nasceu. Depois, foi cada um pro seu lado.

(...) Quando eu estava grávida, ele me ameaçava porque eu queria deixar ele. Eu nunca gostei dele. A relação estava ruim. Eu sabia que ele era uma pessoa agressiva, tinha um ciúme doentio, eu não queria continuar com ele (VILMA).

Separar-se do companheiro foi a forma que Vilma encontrou para sair de um lugar no qual fora colocada como “vítima” e o seu marido o algoz.

Nas falas das participantes se nota a existência de relações de poder entre os sexos nessas vivências conjugais. Nelas, os homens usam a força física; batem e ameaçam. As mulheres buscam escapar de diversas formas. Algumas tentam a separação, outras, aparentemente, se submetem. Vilma rompe com a relação já no início. Considerava o companheiro agressivo e possessivo. Apesar das ameaças contra a sua própria vida não se deixou intimidar e usou a sua capacidade de escolher a forma como gostaria de viver. A situação de opressão e o abuso de poder eram claros. Para Sílvia, o casamento que resultou em separação, antes de ocorrer a situação de abuso sexual incestuoso, foi um processo elaborado lentamente, iniciando o seu descontentamento com o modo impositivo e controlador como se sentia tratada por seu marido:

(...) Ele era muito possessivo, violento mesmo. Chegou a me agredir fisicamente. Controlava até o meu salário. (Sorri). O meu salário, resultado do meu trabalho. (...) Ele era muito mandão, não é? Tem que ser tudo do jeito que ele quer. Eu não tinha a opção de escolha de nada. Tudo girava em torno dele. Tipo: era o meu aniversário e eu não escolhia o presente e assim, o presente seria algo que convinha a ele. Então, eu já sabia, no meu aniversário, eu já sabia o que ia ganhar. Isso me incomodava muito.[Pesquisadora: Não era um presente pra você], [Entrevistada]:Era um presente pra ele. Então, eu não tinha poder de escolha, de decisão, eu não podia fazer o que eu tava com vontade (SÍLVIA).

Observa-se a expressão do tipo de vínculo estabelecido nos quais os papéis se localizam demarcando lugares. Nada poderia ser escolhido por ela, nem um

presente de aniversário. Sílvia “reconheceu” no marido um poder patriarcal referido na história da família e que se refere ao poder dos homens, do masculino, como categoria social. Nessas relações, as mulheres estão subordinadas aos homens (NARVAZ; KOLLER, 2006).

(...) Eu não podia ir pra onde eu queria, eu não podia ir à casa da minha mãe que é na mesma rua. Quando eu chegava em casa de noite ele dizia: “você não vai pra casa da sua mãe”. Aí eu dizia: “pôxa, eu só vou dar boa noite. Ela fica tão sentida quando a gente não vai lá”. “Não” (ela fala dando maior força à voz). E também, eu me sentia uma criança de cinco anos. Eu era assim, como uma bonequinha de porcelana dele que ele botava aonde ele quisesse e levava aonde ele quisesse. Fazia o que ele quisesse. Então, era bem isso aí (SÍLVIA).

As decisões tomadas pelo marido na época eram tão controladoras que Sílvia não sabia como responder e se sentia como uma criança. Atribuía ao marido um poder tão grande que a ela só restava um pequeno espaço. O poder de alguém só pode ser realmente grande quando, em contrapartida, o outro não consegue exercer o seu. A violência advém da impossibilidade de alguém ocupar o seu próprio lugar, espaço de seu poder. (FOUCAULT, v.1, 2005).

Esse lugar era difícil de ser ocupado por Sílvia, uma vez que todas as decisões eram do companheiro, em relação ao qual essa mulher se sentia oprimida. Havia uma expectativa de que as coisas melhorassem e ela acreditava que poderia ser assim embora as evidências mostrassem o contrário.

Tudo era decidido por ele. E eu não sei o que era receber o meu salário, sabe? Uma das coisas que lhe dá prazer, que você trabalha o mês e então... saber que você recebeu. Porque antes, eu não tinha esse prazer porque era ele quem recebia. Ele quem gastava o dinheiro, ele quem resolvia tudo. Se eu comprasse alguma coisa, ele dizia: “por que você comprou? bam, bam, bam, bam, bam. Então, eu era muito fraca, eu não tinha autonomia (tosse). Mas aí era aquela ilusão: “Eu casei consciente que casamento tem dificuldades”. Então, eu via isso como dificuldade de casamento, não via como uma loucura de uma pessoa egoísta. Casei, casamento é difícil. Então, eram mil questões. Agora, vai ter que agüentar. Então eu dizia; “ele muda”. Aí eu dizia: “muda essa cabeça, é muita loucura”. Ele dizia: “eu não posso mudar”. E nisso se passaram os anos (SÍLVIA).

Sílvia entende que o discurso autoritário repetitivo de seu marido era vivido por ela como situações que poderiam ocorrer dentro do casamento e caberia a ela tentar resolver, se adaptando a ele, procurando ajudar a dirimir as questões. Para ela o casamento era um compromisso assumido. Portanto, deveria fazer o necessário para mantê-lo, a despeito dos indicativos imperiosos de rompimento. Essa pode ser uma dificuldade advinda da idéia existente, para algumas mulheres, de que é sua a responsabilidade para o êxito ou não, do casamento.

(...) Ele então, às vezes vinha com aquela história de “minha família” e lá vai e nada me comovia. Eu fazia tudo por pena. Eu tenho raiva de mim quando lembro que fazia as coisas por pena. Ele era assim, ele suplicava, ele fazia um drama, ele fazia de tudo um circo. Não fazia por amor, por sentimento. Eu fazia por pena, pensava: “Que homem chato”. “Tá bem, vamos tá?”. Sabe? A enrolação funcionou dessa forma. Me incomodava. Dava aquele mal-estar porque ele era tão egoísta. À noite era maravilhoso, um cavalheiro, gentil. E quando acordava de manhã, um cavalo. (SÍLVIA).

A constatação de que algo estava errado com ela também e o desejo de mudar advindo da experiência da maternidade.

(...) Eu acho que talvez, se eu não tivesse tido filho, talvez estivesse nisso até hoje; “ai meu Deus, tomara que ele mude”. (...) E naquele delírio todo, eu ainda mais louca, chorava porque me sentia culpada, não fazia tudo certo, segundo ele, não é? Eu carregava um remorso e (breve pausa) uma culpa. Foi bem por isso que eu decidi fugir. Quando André(o filho) chegou na história, ele arreventou, ele foi aquela força pra lutar assim; “Você não pode crescer com isso aí (...) quer dizer, coisas que foram combinadas antes do casamento, e ele descumpriu tudo (SÍLVIA).

Para Sílvia, o marido, de quem se separou antes do abuso incestuoso, era alguém que não cumpriu sua palavra e, desse modo, frustrou uma expectativa que incluía a confiança. Era a pessoa com quem tinha uma relação de controle ficando ela em condição de opressão, referindo a ele um poder sobre ela que chegava a ser o controle do próprio salário ganho com o seu trabalho. Referindo-se a sentimento de pena, justifica para si o que acontecia e desse modo, tenta compreender.

Essa mulher tem no modelo patriarcal a referência de que o dominante é o homem e diante dele a mulher se fragiliza. Sílvia manteve uma relação infantilizada com o seu companheiro o que se evidencia em falas de súplicas nas quais ela se sentia, “como se tivesse cinco anos de idade”.

Nas falas das participantes podemos perceber emaranhados sutis de relações de poder, de domínio, quer sejam no âmbito afetivo diretamente, quer sejam através de um controle econômico. De qualquer forma, se estabeleciam relações nas quais podemos observar que um (masculino) retira do outro (feminino), a possibilidade de expressão de suas reais necessidades e escolhas.

As dificuldades encontradas por essas mulheres quando decidiram realizar a denúncia, possuem o agravante de encontrar no companheiro o “inimigo” com o qual elas teriam que lidar daí em diante nos processos jurídicos a serem vividos. Elas enfrentaram os seus companheiros na defesa de seus filhos Para essas mulheres, esse momento foi decisivo para o que veio a se constituir posteriormente a vida de cada uma e, desse modo, enfrentar adversidades desmistificando idéias cristalizadas.

(...) Ele gritou muito comigo no tempo que ele soube, me chamou de traidora: “Vou me separar de você, eu não vou mais querer saber de você, você acredita mais na nossa filha que em mim, eu não fiz nada com ela, se foi alguma coisa que aconteceu, eu não fiz nada, eu sou inocente. (...) Vá lá, tire a queixa”. E eu digo: “Não vou, nem que eu quisesse, eu não poderia tirar porque eu já prestei queixa, sua filha já confessou, disse que tinha sido você.” Ele disse: “foi você quem fez a cabeça da menina” (...) como eu poderia fazer a cabeça da menina que eu nunca pensei nisso de jamais você mexer com ela, você poderia fazer isso com qualquer uma lá fora menos com a nossa filha porque é sua filha, nosso sangue, nosso próprio sangue, de repente você fazer isso. (...) Ela é uma criança de quase quatro anos. (...) Ele foi embora de casa (AMANDA)

Para outra colaboradora, o rompimento trouxe ameaças:

Quando ele soube da denúncia, ele me ameaçou de morte. Ele mostrou o revólver pra mim e disse que ele não tinha nada a perder. Falou que não tinha nada a perder. Falou que ele poderia matar todo mundo. Tanto eu quanto os meus filhos, mas foi muito ruim porque eu acreditava que ele realmente poderia fazer isso (BEATRIZ).

Para Beatriz, a revelação do segredo de família significou o enfrentar o companheiro e a ameaça de morte para si, como também para os filhos, uma vez que em alguns casos, o agressor tenta intimidar não só a criança, sua refém emocional, mas também, a companheira ou ex-companheira, esperando que, nesses casos, ela desista da denúncia. Assim, Beatriz relata uma condição de vulnerabilidade social, exposta à violência do companheiro a quem resolveu enfrentar. Essa situação vivida por ela pode ser advinda de políticas públicas ainda tímidas no que se refere à garantia a pessoas que resolvem proceder em denúncias relativas a abuso sexual contra crianças e adolescentes. Essas questões se agravam quando o agressor é o pai e, mais ainda, o provedor de necessidades materiais. O poder econômico coloca quem desse provimento precisa, em condição de maior vulnerabilidade (CRAMI, 2002).

(...) Era o período da separação e ele não pagava pensão alimentícia e aí eu disse: Não tem problema, a gente pede pra sua mãe, ela pode fazer isso. Aí, ele me agarrou e disse: “se você fizer qualquer coisa, eu jogo você. Ouse fazer isso”. Aí foi quando eu senti que ele queria me agredir. Aí, eu disse: “Se você fizer qualquer coisa, eu grito aqui mesmo. Faço um escândalo (...)”. Agora, no período do casamento, eu tinha muito medo de enfrentar ele. Então, ele gritava, determinava, falava alto e eu ficava encolhida no divã (SÍLVIA).

Sílvia resolve enfrentar o ex-companheiro através da compreensão de seus direitos e por eles resolve lutar. Nesse momento enfrenta, em vez de fugir, como já havia feito anteriormente. Aparece de modo mais combativo, expressando maior capacidade de resistência do que quando vivia com o marido. Podemos entender ser essa uma forma de “subversão criativa” referida por Narvaz e Koller (2006). Isso

significa tomar a vida nas próprias mãos e ir à luta. Parece que, na narrativa dessas mulheres, ouvimos ecos de outras vozes que são oriundas de um tempo que a história nos dá. Tempos que falam de opressão e lutas porque existe a necessidade de se buscar as mudanças e a coragem para refazer a própria vida.

5.3 Parentalidade: O que significa para essas mulheres ser pai e ser mãe

As mulheres entrevistadas falam das dificuldades sentidas para continuar exercendo suas funções parentais, seguindo o paradigma particular de função pai/mãe, após vivenciar situação tão traumática, quanto um abuso incestuoso, tanto para as crianças envolvidas quanto para elas mesmas. Em suas falas, observa-se que havia um ideal de relação parental, que elas gostariam de conservar.

(...) Porque demonstrar assim ser pais é demonstrar ser proteção para as crianças. Devem demonstrar [os pais] proteção pra criança se sentir segura do seu lado (AMANDA).

Diante do “álbum de fotografias” essa mulher diz:

(...) E essa imagem daqui eu acho que é a imagem da mãe, mãe de Jesus. Não sei se é, mas eu acredito que seja. Tá demonstrando a imagem de uma santa com um bebê no braço e tem um menininho de lado também (...) demonstrando assim um amor, ela tá abraçando ele assim aquele afeto de mãe (AMANDA).

Proteção é o que deve ser demonstrada aos seus filhos. A santa da foto do “álbum” demonstra isso no abraço, entendido por esta mãe, como sinal de afeto. Ser pai/mãe é proteger e ser mãe é, especialmente, envolver com afeto o filho. A expressão da relação de mãe e filho é trazida como divino, evocado pela “imagem” da santa.

No mesmo sentido vem a fala de Beatriz:

(...) Ontem mesmo eu vim no ônibus e tinha um casal com dois filhinhos brincando, rindo (...) eu olhava e achava bonito. Foi uma coisa assim que eu sonhei pra minha vida (BEATRIZ).

Ao admirar outros pais com seus filhos, Beatriz sente dor e lamenta um sonho perdido.

Vilma demonstra dor, tristeza e frustração pela perda de um ideal: pais que juntos cuidam, amam e protegem seus filhos.

(...) Essa aqui, essa décima terceira foto mostra a proteção da mãe com o filho, o cuidado (...) A décima quarta foto transmite o cuidado. É o casal realmente dividindo as tarefas assim, fazendo junto, cuidando dos filhos (...) Essa quinta foto eu vejo assim, uma relação saudável entre mãe e filha. Relação de amizade e cumplicidade e companheirismo. Acho que é uma relação ideal (VILMA).

É comum, entre nossas colaboradoras, uma visão de família idealizada, harmônica, composta por um casal e seus filhos. Quando se trata de relação entre mãe e filha, essas mulheres consideram que deve haver amizade, cumplicidade e companheirismo. Essas visões são construções sociais que referendam a mulher uma maior importância à percepção das relações e, também, a sua compreensão. Na história, a importância da maternidade é ressaltada como atributo “natural” das mulheres. Houve tempos em que se falava da maternidade e das relações entre mãe e filho/a como sendo um desejo que indicaria o quanto uma mulher poderia ser normal ou não (BADINTER, 1985).

5.3.1 Nas lembranças das relações dos pais com as crianças, tempos que pareciam ser bons.

As lembranças sobre relacionamento anterior entre o pai incestuoso e o filho/a são sempre vistas como “normais”. Refletem um pai amoroso e cuidadoso em

alguns casos. Amanda relata que era difícil para ela pensar que, nos cuidados e brincadeiras que seu marido mantinha com a filha, pudesse estar ocorrendo situação abusiva.

(...) Ele dava banho nela, aprontava, só que eu não sabia que nesse ínterim ele estava abusando dela, jamais, não é? (...) ele brincava de cavalinho com ela, botava ela no colo (AMANDA)

Estudos teóricos a respeito do abuso sexual incestuoso têm trazido com maior intensidade aspectos das relações em que se evidenciam a “criatividade” dos agressores, utilizando diversos meios para atingir êxito no objetivo de gratificação. Esses estudos indicam que os agressores burlam as atenções e/ou vigilâncias de outras pessoas que convivem com eles. Estudiosos e profissionais que trabalham no atendimento a crianças e a adolescentes alertam para que se dê uma maior atenção às situações consideradas normais, nas relações entre adultos e crianças. Inclusive, alertam que o carinho demonstrado por pais (ou mães) por seus filhos/as nem sempre é realmente um carinho e a brincadeira, efetivamente, pode não ser exatamente uma vivência lúdica desses adultos com as suas crianças (PIZÁ, 2004; CENDHEC, 2002; CRAMI, 2002).

Parece difícil para uma mulher/mãe alcançar plenitude e a alegria com o filho/a sem o pai por perto:

(...) Nessa segunda foto aqui, não sei, acho que, eu sinto assim, eu vejo aqui uma mãe, não é? não tão feliz, talvez sozinha, cuidando dos seus filhos, mas ela não me parece uma pessoa assim, feliz (VILMA).

Cuidar dos filhos sem o pai traz para Vilma o sentimento de uma ausência de alegria que parece que é o que indica, para ela, essa foto: a idéia de uma mulher com os seus filhos juntos. Para Vilma, a mulher na fotografia não parece ser uma pessoa feliz com os seus filhos, com a sua família.

Na narrativa de Sofia, vemos um pai que era o herói da criança:

(...) Era um ótimo pai. Não tinha queixa dele nesse ponto (...) Ela sente falta, a ausência do pai dela. Ele era aquela coisa pra ela, não é? Uma porque ela é muito parecida com ele em tudo, todos os aspectos ela parece com ele. Ela era louca por ele. Ele levava ela pras festas, teatro, tudo dela era o herói dela.(...) Ela dormia em cima dele, desde bebezinha. Ela dormia em cima dele, era aquela coisa, ela ficava esperando ele chegar de onze horas da noite da faculdade. Era doente por ele mesmo, agora, graças a Deus, ela tá melhor. A situação está melhor (...). mas ainda pergunta. (...) às vezes me culpo por ter deixado ela ir, por ver que ele já era uma pessoa agressiva comigo, louco por ela, acho que essas coisas assim (...) tinham indícios, entendeu? E eu não percebi, me sinto culpada por conta disso ter acontecido... em deixar a menina ir... Apesar de ele demonstrar que era um ótimo pai, mas ele era muito preocupado! Ele chegava ao ponto de chegar na porta da escola da menina quando ela era bebezinha e perguntar se a professora tava tomando conta dela direitinho. (SOFIA).

O tema do pai herói, já referido por outra colaboradora como a sua referência de infância, é trazido na narrativa de Sofia como uma percepção que tinha do seu companheiro em sua relação parental com a filha. No entanto, essa é uma forma de aproximação que ocorre com muita frequência nos comportamentos de abusadores sexuais e, especificamente, nas relações incestuosas. A intimidade e a confiança da criança são aproveitadas para uma aproximação cujo objetivo é o abuso sexual. (PIZÁ, 2004; RANGEL, 2001). Observamos que apesar de considerar esse pai um herói, a mãe considerava os cuidados dele para com a menina excessivos.

As entidades de atendimento a crianças e a adolescentes vítimas de abuso sexual, incluindo-se o incestuoso, alertam para algumas atitudes do agressor em relação à criança que, parecendo ser um cuidado zeloso de um pai (ou mãe), podem indicar uma atenção na verdade aos possíveis “vestígios” que possam estar deixando na criança. (CENDHEC, 2002; CRAMI, 2002).

Para Sofia, a função materna se relacionava à ordem, às responsabilidades, aos ensinamentos que deveria passar à criança. Ela se refere ao fato de que na sua

casa, no período em que vivia com o companheiro incestuoso, a disciplina era trazida por ela.

O pai, ausente, traz para essa mulher um sentimento de perda de uma referência importante que lhe pesa como responsabilidade. Amanda entende as funções materna e paterna como cooperativas, devendo ser somadas e vividas por duas pessoas e, desse modo, não se sente em condições de vivê-las. A parentalidade é trazida como um conjunto de ações a serem vividas entre essa mãe e a filha que depende inteiramente dela e isso só ocorreu porque o pai abusou sexualmente da filha. Sofia tenta ser exemplo e não compreende como pode viver com a filha sem o paradigma paterno. Gostaria de apagar tudo, tamanha é a sua angústia e insegurança de resolver, como mulher e mãe, as questões da parentalidade vivida com a criança. Gostaria que a filha tivesse um exemplo de uma figura masculina, mas não pode trazer a referência de uma pessoa considerada por ela como doente. Para essas mulheres, é muito difícil ser mãe sem um pai por perto. Beatriz expressa o conflito:

(...) Não acreditava que um pai pudesse fazer aquilo. Até porque o meu pai era bom, era um Super Herói. De noite, quando eu precisava de alguma coisa, era ele quem eu chamava. Desabou o meu mundo. Até hoje, eu não sei, não entendo como uma coisa dessas pode acontecer. Não suporto (BEATRIZ).

Ter uma referência de um pai bom, um Super-herói, trouxe para Beatriz a constituição de uma referência masculina na representação de pai como alguém que atendia prontamente às necessidades de uma filha. O seu companheiro trouxe um outro lado, uma “sombra” para o seu referencial paterno. Essa idealização, de que um pai deveria ser “naturalmente bom”, oriunda da sua relação com o seu próprio pai, provavelmente obstruiu a capacidade de um melhor discernimento quanto às formas como o pai vinha se portando com a criança e, assim, dificultou a percepção da situação abusiva. A intensidade da experiência é tão grande que a sensação é

de que o mundo de Beatriz desaba com a quebra desse referencial. Ela não consegue entender e não suporta. Para ela e as outras mulheres entrevistadas, criar os seus filhos sem a presença do pai, é bastante custoso, dada à suposição de que não podem ser “pai e mãe” ao mesmo tempo. Vivem, no presente, a experiência de ter uma família para cuidarem de forma não planejada. Assusta a essas mulheres, a responsabilidade advinda dessa situação.

A possibilidade da mulher/mãe sentir-se culpada:

(...) Eu me sinto culpada. Meu filho queria ter isso assim (referindo-se às fotos de famílias do álbum). Mas não com essa pessoa. Não tenho fotos. Isso é uma dor. Acho triste, não sei explicar. ... Ele não era capaz de fazer mal só a mim, mas a meu filho. Ele nunca vai ter uma foto assim com o pai (se refere às fotos de famílias em que aparece o pai com a mãe e um filho). Eu sinto muita tristeza pelo fato de que ele nunca vai ter uma foto de família. (...) Quem abusou foi o pai biológico. Infelizmente, eu não pude defender ele dessa pessoa. Eu nunca consegui entender essa situação, porque (pausa) se foi por raiva, não consegui entender. Eu não pensava que isso podia acontecer (SÍLVIA).

Para Sílvia, era “previsível” que o ex-companheiro pudesse ser agressivo com ela, já que o fôra durante o casamento. Não podia supor, no entanto, que o pai o fosse com a criança. Sente-se culpada porque não pôde defendê-la dessa experiência. Para Vilma, a culpa se evidencia nos indícios fornecidos pela criança e não percebidos:

Porque a criança dava indicativos de que o pai a assustava, não queria ir com o pai nas visitas dele. Não pensava que ele pudesse chegar a tanto (VILMA).

Vilma refere-se às evidências indicativas de anormalidade durante as visitas ao pai. Entretanto, manteve os contatos respeitando os direitos do ex-companheiro. Não se alarmou com o medo apresentado pela criança. Os sinais indicativos de abuso sexual contra crianças e adolescentes nas relações intrafamiliares vêm sendo objeto de estudos de diversos teóricos, e, nesse contexto, os indícios, não percebidos, por pessoas do convívio da criança. As mulheres/mães muitas vezes

não querem ou não conseguem perceber o que ocorre. Assim, elas terminam realizando uma “aliança” com o agressor (BARBOSA, 2004). Para Vilma, o tempo foi um fator necessário para que a situação do abuso incestuoso pudesse ser por ela reconhecida. Essa mulher se recusava a admitir para si mesma que o companheiro pudesse chegar “a tanto” e cometer o incesto.

Por vezes, há o desejo de fuga como forma de resolver a situação:

(...) O meu sentimento era de fuga. Novamente (por ocasião do abuso incestuoso), eu queria salvar o meu filho novamente. Ele era um monstro. Ele tinha, ele já tinha pintado o que ele era no começo e muito no começo, quando André era um bebê (...) Eu só pensava em fugir. Eu queria proteção naquele momento (tosse). Aí, foi quando eu tomei a coragem até porque eu não conseguia pensar, imaginar que André ficasse com ele novamente (SÍLVIA).

Nos contos de fadas, o momento de confronto do herói é geralmente aquele em que ele luta com alguma força animalesca, monstruosa, fenômeno da natureza, ou ainda, com um ser sobrenatural. Dele, o personagem sai fortalecido em busca dos seus objetivos, lutando com os instrumentos disponíveis no momento. Sílvia já se referiu ao ex-marido como um monstro de quem ela tinha medo e, não conseguindo enfrentá-lo, dele foge. Queria proteção para ir a um lugar onde o agressor não pudesse chegar. Essa era a sua luta. O seu instrumento era o medo, propulsor de ação consoante as suas condições internas. Tinha o desejo de salvar o filho, não permitindo a companhia do pai. Esse era o seu objetivo; salvar o filho. Assim resolveria a questão.

Se não pode resolver, há o sentimento de impotência:

(...) Pra mim era algo que não podia acontecer. O sentimento era assim (pausa) meu Deus, impotência. Não ter podido evitar. Mas será que eu podia?(VILMA).

Ao mesmo tempo em que expressa o sentimento de impotência diante do abuso sexual incestuoso, Vilma também questiona se poderia ter condições de

evitar. Quando se refere a algo que não podia acontecer, talvez queira dizer que não pensava ser exequível. Não podemos nos defender de algo que supomos ser impossível existir.

5.3.2 As relações com os seus filhos/as antes do incesto

O exercício da parentalidade, na sociedade patriarcal, era realizado com as funções demarcadas em papéis. Ao homem cabia ser o provedor e trazer as normas a serem seguidas por mulher e filhos. Para a mulher, o espaço de poder estaria circunscrito aos cuidados com a casa e as crianças. O lugar de convívio da família deveria ser um espaço aconchegante, onde todos poderiam se abrigar. Nas funções maternas exercidas por nossas colaboradoras, podemos observar a importância dada às relações vinculares com as crianças, evidenciadas numa atenção ao cumprimento do papel a elas atribuído socialmente. Assim, não é apenas importante ser uma boa mãe, mas, também, parecer ser uma boa mãe, causar impressão favorável nos espaços em que ocupam. Para que isso seja obtido, procura-se dar uma atenção maior ao que se considera ser a mãe adequada, conforme a expectativa de uma determinada sociedade (BADINTER, 1985).

Na narrativa de Sofia:

(...) Eu era aquela que brigava, reclamava, dava umas palmadas. Mandava ela fazer as coisas (SOFIA)

Para Sofia, a função materna se relacionava à ordem, às responsabilidades, aos ensinamentos que deveria passar à criança. Essa mulher se refere ao fato de que na sua casa, no período em que vivia com o companheiro incestuoso, a disciplina era trazida por ela.

Para Sílvia, a lembrança de um tempo que parece distante:

(...) A terceira foto lembra o meu filho. Resgatou esse momento (SÍLVIA).

Sílvia fala de um tempo em que o seu filho era menor e ela ainda não sabia das relações abusivas. Um tempo perdido, um período que precisa ser resgatado e a foto lhe traz essa recordação. Um tempo ido. Fala da saudade de um tempo vivido.

5.3.3 As relações com os seus filhos/as depois da revelação do abuso sexual incestuoso

(...) Quando nós sofremos abuso assim dentro do nosso lar a gente fica traumatizado e muitas vezes as mães perde até ... o jeito, perdemos a maneira, a gente já não sabe mais como... eu pelo menos sou assim, eu não sei nem mais como brincar com minha filha eu não tenho nem assim condições de brincar, às vezes ela faz assim: "mamãe, vamos brincar?" Eu digo: "minha filha olhe sua mãe não tem nem condições" eu não sei nem como mais brincar, perdi a noção de uma brincadeira com uma criança a partir do momento que aconteceu essa situação que é quando ela vivia brincando com o pai, ela vivia assim em brincadeiras com o pai. E quando ela fala em brincar vem a lembrança do passado e não consigo assim, né?(...) Principalmente as brincadeiras de colo! (AMANDA).

A perda da espontaneidade na relação com a criança é o que pudemos observar no testemunho de Amanda. Ela considera que ficou traumatizada e perdeu a disponibilidade, "o modo de brincar" com a sua filha. Uma constatação de tristeza verificar que nas "brincadeiras", as situações abusivas podem se evidenciar e o que parecia ser uma vivência lúdica entre pai e filha se mostrou como uma relação de violência. O colo é um lugar onde não pode mais colocar a filha; traz-lhe tristes lembranças. Pode estar ocorrendo o abuso sexual quando um adulto coloca uma criança no colo, para Amanda.

(...) Muitas vezes ela me pede pra ficar no meu colo. Uma vez ela sentou no meu colo e começou a fazer a mesma coisa que fazia com o pai e veio na minha mente o que tinha acontecido. (...) Como eu sempre via assim ela brincando com ele dessa forma e eu creio que foi assim dessa forma que aconteceu. Aí eu fiquei traumatizada com isso, e quando ela vem pra mim assim, às vezes, ela quer beijar

assim que, às vezes, ela beijava ele na boca e, às vezes, ela vem querendo me beijar aí eu digo assim: “não, não quero muito não, beija aqui no meu lado do rosto, na boca não” (AMANDA).

Amanda fala da falta de espontaneidade em relação à criança. O que eram anteriormente as expressões de carinho entre mãe e filha passa a ser percebidas como possibilidade de outra evidência, talvez um abuso. A relação com a criança expressa as mudanças vividas nas suas vidas. Amanda traz uma percepção de mudança na forma de viver essa relação com a criança e percebe que a situação abusiva foi um marco de referência às suas dificuldades. Já não convivem com a mesma alegria que anteriormente viviam e as expressões de afeto mais simples, do carinho entre mãe e filha, ficam para ela, como dúvidas de serem algo adequado nessas relações.

Para Sofia:

(...) Precisa ter paciência. Inclusive com a criança, porque é pra cima da mãe que ela vai vir. Ele despertou o desejo dela. As crianças ficam com raiva da mãe porque a gente proíbe as visitas. Ela vai querer colocar pra fora. (...) Precisa ter paciência pra lutar tanto na justiça como com ela, como com os pais em casa. É uma batalha. Ela me obedecia (filha) e agora não. A minha mãe se mete, querem bater. Eu já dei umas tapas, mas nunca com violência. Eles (os pais) ensinam com violência. Às vezes, ela sonha com o pai, tem pesadelos. Quando a minha mãe diz que se ela (a filha) me fizer raiva ainda, ela vai dar pro pai. É difícil ter forças, não é (...) A gente tem que buscar força dentro da gente, e ter muita paciência com a criança que sofreu esse tipo de coisa que... é uma barra pra mãe, porque é em cima da mãe que ela vai vir (SOFIA).

Força e paciência são palavras chaves para lidar com os sentimentos da criança a partir do abuso sexual incestuoso. Procura dar à sua filha a atenção necessária para que ela ultrapasse as dificuldades decorrentes da violência sofrida. Para Sofia, trata-se de buscar uma força dentro dela, que deverá emergir. Algo por vezes tão difícil que se trata de uma “batalha” e, sendo assim, procura lidar com os sintomas que a criança traz como conseqüência do abuso sexual incestuoso. Os

pesadelos e o desejo que o pai despertou na criança são observados por ela e trazidos por teóricos como Barbosa (2004), Furniss (1993), Faleiros (1997), entre outros, como sintomas observados em algumas crianças e são eles decorrentes do abuso sexual. Esses danos psicológicos são oriundos da violência sofrida. Assim, se apresentam como sintomas mais freqüentes: amnésia pós-trauma (ausência de lembrança da situação vivida), distúrbio do sono (com freqüência, a ocorrência de pesadelos que incluem o agressor vinculado à representação de figuras monstruosas), hábitos de manipulação genital, erotização das relações de afeto, agressividade, retraimento, tristeza, depressão, tentativas de suicídio. São alguns sintomas entre outros. As seqüelas físicas se evidenciam quando ocorrem as manipulações genitais ou o estupro.

Os sintomas apresentados por crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual podem variar em ocorrência e intensidade entre as pessoas que sofrem tais agressões. No entanto, autores consideram haver maior gravidade nesses sintomas referidos quando o abuso sexual é incestuoso e praticado pelo pai (ou mãe), uma vez que se trata de pessoas que deveriam ser de sua confiança e do seu afeto (PIZÁ, 2004; BARBOSA, 2004; RANGEL, 2001; CRAMI, 2002; CENDHEC, 2002, FURNISS, 1993).

(...) Essas fotos me lembram como o tempo passa rápido. Ele tá quase do meu tamanho. Também é bom ver que ele sabe que pode confiar em mim. Isso é muito importante (SÍLVIA).

O tempo que passa é o período que parece trazer à consciência de Sílvia, o fortalecimento da relação de confiança. Um orgulho do que indica ser a expressão de uma autoconfiança ganha em seu processo de vida com o filho e a denúncia efetuada. Para essa mulher, é algo de valor, de muita importância. Tempos de dificuldade podem ser tempos de fortalecimentos vinculares.

Nas narrativas de nossas colaboradoras, o tempo decorrido em denúncias e processos é o período em que se reescreve a própria história e se realizam as novas possibilidades de experiências mudando-se os lugares nas relações parentais.

AO FINAL, UMA POSSIBILIDADE DE COMEÇAR DE NOVO

Ao chegarmos ao final de um caminho de estudo referente à conjugalidade e à parentalidade em mulheres cujos filhos viveram a experiência de um abuso sexual incestuoso, pudemos averiguar quão árdua pode ser essa realidade. Dada a sua complexidade, o incesto entre pais e filhos mobiliza discussões entre diversos saberes teóricos, objetivando uma compreensão mais ampla sobre suas circunstâncias. Refletimos sobre o tema do incesto na história, desde as mais remotas constituições familiares até a tipificação penal do incesto. Adotamos como referência teórica o estruturalismo de Lévi-Strauss e as idéias do Pós-Estruturalismo que nortearam, predominantemente, o nosso estudo. Na história, os modelos de famílias foram se constituindo com valores morais representativos de um tempo vigente. Esse período trazia o que se considerava ser o mais adequado nas relações familiares. Nessas, as crianças foram gradativamente adquirindo uma visibilidade na emergência do sentimento de família e trouxeram as mudanças representativas nessas relações.

Na contemporaneidade, há grupos plurais da instituição família e, assim, não é possível falar de um modelo de família, mas de diversas representações. Assim, pudemos observar a importância que as mulheres entrevistadas dão a essa organização, por elas considerada como primeira referência relacional, âmago da emergência de afetos e subjetivações. As nossas colaboradoras trazem um paradigma familiar representativo de uma relação estruturada e harmônica.

Sintetizar objetivamente um mundo de emoções vivenciadas por elas foi outro desafio a ser vencido. As nossas considerações conclusivas são recortes do que pudemos captar dessa experiência tão ampla. Logo, esse estudo não é um trabalho

conclusivo sobre o tema. Esperamos que possa ser um ponto de partida para outras análises sobre a questão.

Consideramos ser um privilégio e grande responsabilidade apresentar, de forma fidedigna, como requer um trabalho científico, emoções tão delicadas e, em alguns momentos, tão confusas, expressivas das dores de quem perde a referência de um companheiro e vê a inocência do/a filho/a violada através da prática do abuso sexual incestuoso. Investigamos mulheres/mães de crianças abusadas sexualmente com idade entre um e cinco anos.

Nas narrativas dessas mulheres, observamos que as situações que possibilitam a prática do abuso sexual incestuoso são tão diversas quanto são as possibilidades de interações vinculares. Observamos o quanto é difícil estabelecermos o que caracteriza uma família como incestuosa. Desse modo, consideramos mais apropriado não nos referirmos às famílias das mulheres entrevistadas como incestuosas, mas famílias onde houve a incidência do incesto. Acreditamos que nelas a parentalidade entre pai e filho/a, nos casos de incesto, se apresenta como uma forma de expressão de um poder que reduz o outro à condição de “coisa” porque ignora a sua vontade, portanto, constitui-se em violência.

A experiência de ter um filho/a vítima de abuso sexual praticado pelo pai traz, nas narrativas, a constatação de que a família antes idealizada não existe mais. Há uma quebra irreparável no paradigma sonhado. Observam-se sentimentos de dor, medo, tristeza, impotência e culpa oriundos da revelação do segredo do abuso sexual. Verificamos nas narrativas o agravamento das nefastas circunstâncias através da insuficiência, ou mesmo omissão, de apoio da família e do meio social em que as protagonistas encontram-se inseridas. Essas pessoas expressam

dificuldade em acreditar na narrativa das mulheres a partir da revelação das crianças.

A conjugalidade, relação amorosa que se representa no imaginário social, é referida por nós a partir do mito de Eros e Psique. Trata-se da idealização de uma relação de afeto, companheirismo e respeito. Sentimentos de revolta, perplexidade e medo em relação ao parceiro com a descoberta do abuso sexual incestuoso, foram citados. Entretanto, a despeito da experiência do abuso sexual incestuoso, as mulheres continuam a carregar um ideal familiar constituído por pai, mãe e filhos. Nas realidades de suas conjugalidades a violência perpassa as relações conjugais antes mesmo da revelação da prática incestuosa expressando-se no domínio exercido pelo companheiro sobre si e seus filhos/as. Explicitamente, essa violência é praticada através de agressões verbais e/ou físicas. De forma mais sutil, o domínio é exercido através do controle econômico ou, ainda, por um ciúme possessivo. As mulheres expressaram dificuldade em sair dessas relações nas quais se sentiam oprimidas, ensejando, como fator contributivo, “lembranças” constituídas historicamente que referendam a existência de relações de poder entre homens e mulheres sendo essas subordinadas àqueles.

A mudança de lugares dessas mulheres evidencia-se quando resolvem enfrentar os companheiros e levá-los à justiça. Elas saem de relações nas quais se sentiam subjugadas para buscar os direitos de seus (as) filhos/as e enfrentam dificuldades que vão das lacunas afetivas às materiais. Essas mulheres vivem o conflito expressado no desejo de constituírem novas relações e, ao mesmo tempo, o temor de realizarem escolhas inadequadas. Averigüamos a necessidade imperiosa de re-elaborar as relações para seguir-se adiante. Percebemos o quão custoso é para algumas, quase impossível para outras, essa retomada.

A prática da parentalidade é exercida enfaticamente pelas mulheres. Sentem a necessidade da denúncia, oriunda do desejo de proteção às suas crianças e procuram ampará-las, de modo mais adequado. E, apesar da dor e do sofrimento angustiante, fazem referências a tempos de relação de cumplicidade, de brincadeiras e expressões de afeto nos contatos físicos com os seus filhos/as quando a ocorrência do incesto era ignorada. Todavia, a situação abusiva vivida por suas crianças suscita a dificuldade de naturalidade nos carinhos físicos com seus/suas filhos/as. As necessidades a serem supridas com uma criança vitimizada levam essas mulheres a dedicarem menos tempo para brincadeiras com as crianças, na tentativa de lograr êxito na obtenção de recursos para dirimir as conseqüências do incesto. As relações com as crianças se tornam mais difíceis uma vez que elas evidenciam sintomas físicos e psicológicos decorrentes dos abusos.

A maternidade é para elas um valor superposto a essa realidade vivida nas relações com os/as seus/suas filhos/filhas, especificamente após a revelação do abuso sexual incestuoso.

Para as mulheres entrevistadas, torna-se muito difícil a educação das crianças sem referências paternas, consideradas como indispensáveis à construção de uma vida mais saudável emocionalmente. Expressam o sentimento de uma superposição de funções a ser vividas com seus/suas filhos/as; ser pai e mãe. Elas entendem que devem ocupar todos os espaços de tais relações, uma vez que a criança não mais poderá ter contato com o pai.

O tempo de “percepção” da situação abusiva é diferente, mas, em algum momento, antes mesmo da revelação da criança, elas observam a existência de algo diverso na sua postura ou dos companheiros.

Pensamos, a partir das narrativas, que há a necessidade de uma maior efetivação de políticas públicas e, também, nos espaços representativos da sociedade civil, quanto à inclusão dessas mulheres/mães nos programas de atendimento psicológico a vítimas de abuso sexual incestuoso. Assim, elas podem ter um espaço de acolhimento à sua dor, um apoio em momentos tão adversos nas suas vidas. Elas têm que lidar com perdas afetivas e materiais e, portanto, pleiteiam a possibilidade de refazer as suas vidas, preservando as suas relações afetivas. Consideramos que outros trabalhos possam privilegiar aspectos evidenciados nas narrativas como as referências a relacionamentos das mulheres com os seus próprios pais. Pudemos observar que tais vínculos, quando idealizados, podem dificultar uma melhor observação da ocorrência de uma situação abusiva. Essas e outras questões não contempladas em nosso trabalho poderão impulsionar outros estudos a fim de que possam ser ampliadas as compreensões desses momentos vivenciais tão funestos e prejudiciais.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Z. **Mulher: uma trajetória épica**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.
- AMARO, S. **Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência. Uma nova teoria científica**. Porto Alegre: AGE/EDIPUCRS, 2003.
- AMAZONAS, M. C. L. A; BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. Rio de Janeiro: **Ágora: estudos em teoria psicanalítica** v. IX, n. 2, p. 177 a 192, julho/dezembro de 2006.
- ANDOLFI, M. **Por trás da máscara familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BACHELARD, G. Devaneios sobre a infância IN: ABRAMS, J (org). **O reencontro da criança interior**. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 45 a 53.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BANCHS, M. A. O papel da emoção na representação do Self e do outro em membros de uma família incestuosa IN: LANE, S. T. M; SAWAIA, B. B. (Orgs). **Novas veredas em Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 97 a 113.
- BARBOSA, H. **Sociedade, ética e justiça em uma nova concepção de responsabilizar**. Salvador: CEDECA, 2003.
- BARBOSA, G. F. O segredo de família IN: PIZÁ, G; BARBOSA, G. F. (orgs). **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 57 a 65.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2000.
- BENEDITO, V. D. Y. **Amor conjugal e terapia de casal: uma abordagem arquetípica**. São Paulo: Summus, 1996.
- BISCARO, R. **Incesto: um fenômeno arquetípico**. São Paulo: Zouk, 2003.

BRAGA, M. G. R; AMAZONAS, M. C. L A. Família: procriação/infertilidade/ gênero In AMAZONAS, M. C. L. A; LIMA, A. O. (Orgs). IN: **Família: Diversos dizeres**. Recife: Bagaço, 2004, p.187 a 204.

BRANDÃO, J. **Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. Lei Federal 8.069/1990, COMDICA – Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prefeitura Municipal do Recife: Recife, 2004.

BUCHER, J. S.N.F. “O casal e a família sob novas formas de interação”. IN: FÉRES-CARNEIRO, T. (org). **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p. 82 a 95.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANEVACCI, M. (Org) Introdução. IN: CANEVACCI, M. **Dialética da família**. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

CENDHEC (Org) **A família esperta: como reconhecer os sinais de violência sexual em crianças e adolescentes**. Recife, Instituto WCF-Brasil / CENDHEC, 2002.

CERVENY, C. M. O. **A família como modelo**. Desconstruindo a patologia. Campinas: Psy, 1994.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista IN: DEL PRIORE, M. (Org). **História das crianças no Brasil**. 4 ed., São Paulo: Contexto, 2004, p. 55 a 83.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: O corpo feminino. IN DEL PRIORE, M. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 1997, p. 78 a 113.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. IN DEL PRIORE, M. (Org). **História das crianças no Brasil**. 4 ed., São Paulo: Contexto, 2004, 84 a 106.

CRAMI (Org). **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo, Cortez, v. 1, 2002, capítulo 1.

ENGELS, F. (1884). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1964.

ENGELS, F. A família monogâmica (1973) famiglia, della proprietà privata e dello Stato, Roma: Savelli IN: CANEVACCI, M. **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 71 a 87.

FALEIROS, V. P. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: A crítica do poder da desigualdade e do imaginário IN: LEAL, M. F. P; CÉSAR, M. A. (Orgs). **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CESE/Ministério da Justiça/FCC/CECRIA, 1998, p. 7 a 18.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 16 ed., Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 2005.

FRANCO, M. L. P. B **Análise do conteúdo**. 2 ed., Brasília: Líber, 2005.

FREUD, S. **Totem e tabu**. (1913 - 1914). Edição Standard brasileira das Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1969.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. (Org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GÓES, J. R; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos IN DEL PRIORE, M. (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 177 a 191.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade IN SOLIS-PONTON, L. (Org). **Ser pai, ser mãe. Parentalidade**: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo, 2004, p. 47 a 51.

JULIEN, P. **A feminilidade velada**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

JUNG, C. G. A psicologia do arquétipo da criança IN: ABRAMS, J. (Org). **O reencontro da criança interior**. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 30 a 35.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Obras Completas. Petrópolis: Vozes, (textos de 1933-1955), 2000, v. IX/1

LAMOUR, M. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo IN: GABEL, M. (Org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 43 a 61.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, C. (1969) O problema do incesto IN: CANEVACCI, M. **Dialética da família**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 176 a 195.

- LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 2004.
- MELO, L.M.B. **Psicoterapia breve: uma abordagem Junguiana**. São Paulo: Pieron, 1998.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.
- MORGAN, L.H. (1970). La societá antica. Milão: Feltrinelli IN CANEVACCI, M. **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.56 a 70.
- NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Porto Alegre: **Psicologia e Sociedade** v. 18, nº 1, 2006. Acesso: psicologiaesociedade@abrapso.org.br
- NOGUEIRA, S. E; SÁ, M. L. B. P. Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios IN: PRADO, M. C. C. A. (Org). **O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana**. São Paulo: Vetor, 2004, p. 47 a 102.
- OSÓRIO. L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PEREIRA, T. S. O novo código civil e a violência intrafamiliar IN: PIZÁ, G; BARBOSA, G. F. **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 113 a 133.
- PERRAULT, C. **Contos de Perrault**. São Paulo: Círculo do Livro, 1993.
- PETERS, M. **Pós-Estruturalismo e a filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIZÁ, G. Os afetos emparedados do incesto. IN PIZÁ, G; BARBOSA, G. F. **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 18 a 56.
- PRADO, M. C. C. A (Org). **O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana**. São Paulo: Vetor, 2004, p. 13 a 46.
- RANGEL, P. C. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá, 2001.
- SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. IN: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A.C. (org). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyolas, 1995, p. 131 a 150.
- SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença IN: SILVA, T.T. (Org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73 a 102.

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças**. Terapias com técnicas de jogo. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOLIS-PONTON, L. A construção da parentalidade IN: SOLIS-PONTON, L. (Org). **Ser pai ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 29 a 45.

SOUZA, A.M.N. de. **A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar**. 2 ed., Rio de Janeiro: Agir, 1997.

STEIN, R. **Incesto e amor humano**. São Paulo: Paulus, 1999.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

VELÁZQUEZ, S. **Violências cotidianas, violência de gênero: escuchar, comprender, aydar**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

YOSHIDA, E. M. P. **Psicoterapias psicodinâmicas breves e critérios psicodiagnósticos**. São Paulo: E.P.U, 1990.

Anexos



1



2



3

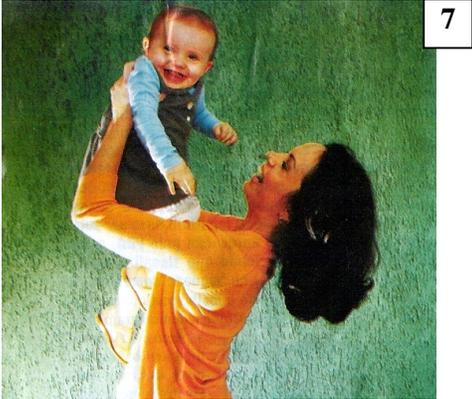


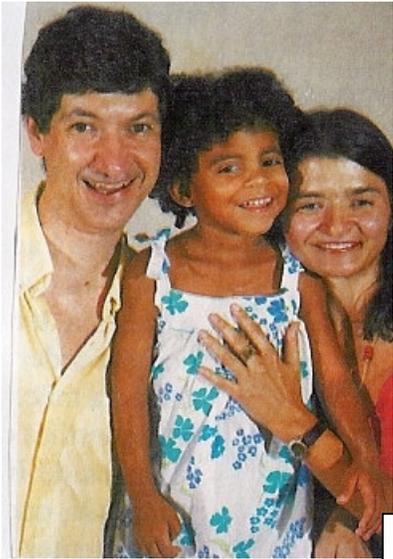
4



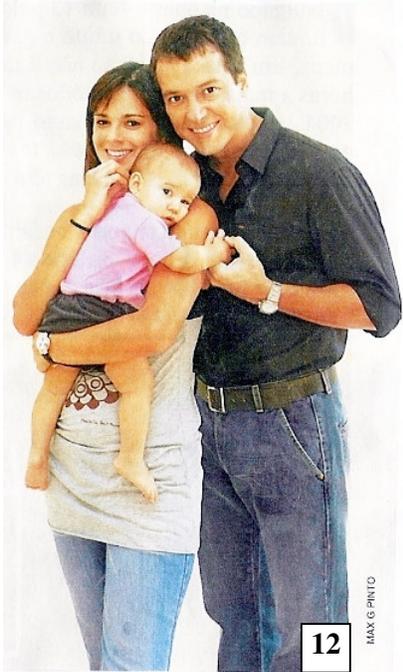
5







11

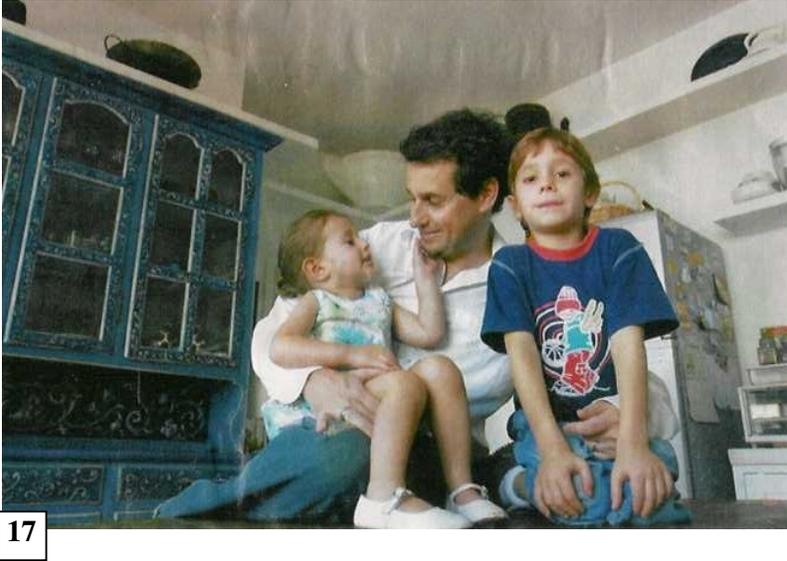


12

MAX G. PINTO



13





UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 22 de novembro de 2006

PARECER Nº 154/2006 – CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 21 de novembro de 2006, considerou **APROVADO**, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-0101.0.096.000-06 (CEP-144/2006), intitulado:

“A PARENTALIDADE E A CONJUGALIDADE, HOJE, E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE INFANTIL”, que tem, como pesquisadora principal:

Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (PSICOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em setembro / 2008, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
Pró-reitor Acadêmico – PRAC
Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Coordenadora Geral de Pesquisa – COGEPESQ
Universidade Católica de Pernambuco

SAS 3375.4-0
22/11/2006 16:20:28

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROESP
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Título da Pesquisa: Parentalidade e Conjugalidade: A Experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto

Eu,..... abaixo assinada, dou meu consentimento livre e esclarecido para a minha participação como voluntária do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade da pesquisadora Liliane Maria Martins de Barros Melo, psicóloga, mestranda da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1) O objetivo da pesquisa é buscar compreender como algumas mulheres vivenciam as práticas incestuosas dos seus companheiros com os seus filhos/as.
- 2) Durante os estudos participarei de uma Entrevista semi-estruturada, com a utilização de gravador de voz e também, realizarei um teste expressivo, Desenho com História sobre o que foi realizado.
- 3) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
- 4) Estou livre para interromper a qualquer momento a participação na pesquisa, a não ser que esta interrupção seja contra-indicada por motivo médico.
- 5) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 6) Poderei contactar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, de 2007

Liliane Maria Martins de Barros Melo Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Pesquisadora

Orientadora